



ASSUNÇÃO COSTA

Patrícia Saboya no protesto

"Carrinhata" pede recursos do Fundeb para creches

Com apoio de senadoras, 50 crianças e 250 manifestantes fizeram "carrinhata" para reivindicar a inclusão das creches entre os beneficiários do Fundeb.

PÁGINA 16

Dívida deve consumir metade do Orçamento

Congresso inicia exame do Orçamento da União para 2006. Proposta mantém o arrocho fiscal e sinaliza a baixa capacidade de investimento do governo federal.

PÁGINA 11

cidadania

Os diferentes contratos dos planos de saúde

PÁGINA 24

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 21

FRASES

Página 21

VOZ DO LEITOR

Página 21

CONHEÇA O SENADO

Página 23

Levantamento demonstra que apenas 10% das propostas formuladas pelas comissões de inquérito são aprovadas; projeto de 1995 oferecia solução para bingos

Transformar projetos em lei é desafio para CPIs

Reforma eleitoral vai ao exame da Câmara dos Deputados

Palocci poderá ser convocado a depor na CPI dos Bingos

Renan adverte que país exige punição dos culpados

Câmara examina cassação de Roberto Jefferson no dia 13

PÁGINAS 3 A 10



COMUNICAÇÃO SOCIAL / INFRAERO

Saguão do aeroporto de Brasília: passageiros serão beneficiados com a criação de agência nacional para o setor aéreo

Exploração de florestas públicas gera polêmica

PÁGINA 2

Debate sobre armas mobiliza eleitores

PÁGINA 12

Aviação civil ganha agência reguladora

A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) foi aprovada pelo Senado e só depende agora do presidente da República para se concretizar. A agência deverá cuidar da modernização do setor, ampliando a segurança dos vôos e reduzindo a burocracia.

PÁGINA 17

gendagendaendagendaendagengendagendaendagendaendagendaendagendaendagenda

Exploração de floresta pública gera polêmica

Em regime de urgência, que obriga o Senado a votá-lo em 45 dias, o projeto elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente que autoriza a União a oferecer florestas públicas para exploração privada está gerando polêmica antes mesmo de seu exame nas comissões. Vários senadores já ocuparam a tribuna do Plenário para aplaudir ou condenar o projeto, que deve ser votado até a primeira semana de outubro.

Por causa do interesse que a matéria despertou e pela pressão em sua votação, três comissões decidiram promover reunião conjunta para um debate amplo. As comissões de Assuntos Econômicos (CAE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) marcaram reunião para esta terça-feira, na qual o tema será discutido pela primeira vez. No entanto, por causa do feriado de 7 de setembro, na quarta-feira, e a suspensão de votações nesta semana, os senadores podem adiar o debate para a próxima semana.

O projeto das florestas públicas, proposto pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi votado na Câmara no dia 6 de agosto, depois de um debate acirrado, quando recebeu algumas modificações.

A proposta autoriza a explora-



ARQUIVO IBAMA

Pela proposta, entidades privadas com planos de manejo poderão ter a gestão das áreas de floresta, não a sua posse

ção de florestas públicas, inclusive as já ocupadas, por entidades privadas (elas teriam a gestão, não a posse da terra), desde que tenham projetos de manejo sustentável. Na Câmara, foi restringida a participação de empresas

e organizações não-governamentais estrangeiras nas licitações para concessão. Além disso, só poderão concorrer à exploração empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede e administração no país.

Proposta do governo divide parlamentares

Mesmo com as mudanças feitas pelos deputados, a oferta das florestas já recebeu severas críticas dos senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Edison Lobão (PFL-MA). Os elogios partiram dos senadores João Capiberibe (PSB-AP) e Ana Júlia Carepa (PT-PA). Os críticos sustentam, entre outras coisas, que o projeto não protege a Amazônia da cobiça internacional. Os defensores dizem que a proposta irá garantir a preservação das florestas da Amazônia brasileira, devendo levar a uma redução nos desmatamentos.

Combater o desmatamento da Amazônia sem deixar de aproveitar o seu potencial econômico é o objetivo da proposta, conforme

a justificativa do governo. As florestas poderão ser utilizadas para fins extrativistas, para a retirada de madeira ou mesmo para atividades não-extrativistas, como o ecoturismo. A concessão será limitada ao prazo máximo de 40 anos.

O projeto cria ainda o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. A criação do serviço recebeu muitas críticas, por já existir no país o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). O controle das concessões e a gestão das florestas ficarão com o SFB e os recursos advindos das concessões irão compor o novo fundo.



CÉLIO AZEVEDO

João Capiberibe está entre os que defendem o projeto como forma de proteger a Amazônia

Congresso só terá sessões não deliberativas nesta semana

Devido ao feriado do Dia da Independência no dia 7 de setembro e ao acúmulo de trabalho nas comissões parlamentares de inquérito, além de viagem a Nova York dos presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, não haverá votação nos Plenários das duas Casas. Serão realizadas apenas sessões não deliberativas.

Na semana seguinte, a partir do dia 12 de setembro, o Congresso Nacional deverá retomar suas atividades normais. Na pauta do Senado, destacam-se as emendas da Câmara ao projeto

de lei (PLS 586/99) que permite a utilização de dinheiro do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional.

O Senado também deve votar o projeto de lei da Câmara (PLC 21/05) que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir os pais de alunos como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias. Outro projeto (PLS 162/04) que deverá passar por votação nominal é o que regulamenta a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

CPI vai debater emigração com a população de Poços de Caldas

As próximas audiências públicas da CPI da Emigração Ilegal devem ocorrer na cidade de Poços de Caldas, em Minas Gerais. O município é um dos pólos dessa atividade no estado, assim como Governador Valadares. As audiências estão previstas para os dias 15 e 16 deste mês.

Em Poços de Caldas, além do grande número de emigrantes que tentam entrar ilegalmente nos Estados Unidos, ocorre também o tráfico de mulheres. Isto é, o aliciamento de mulheres para trabalhar na Europa como prostitutas.

A CPI deve reunir autoridades

locais, habitantes da cidade e estudiosos para debater o problema, assim como foi feito em Governador Valadares, nos dias 18 e 19 de agosto.

No dia 13 de setembro, antes das audiências públicas, a comissão realizará uma reunião administrativa para votar requerimentos. Entre eles, estão os pedidos de transferência do sigilo fiscal, bancário e telefônico dos prefeitos Edson Bodola, de Divino das Laranjeiras (MG) e Wanderley Vieira de Souza, de São Félix de Minas (MG). Os dois são acusados de envolvimento com as quadrilhas que agenciam a emigração ilegal.

Senado lança livros de História do Brasil na Bienal da Bahia

Uma biografia de Luiz Viana Filho; a cronologia dos primeiros 500 anos da História do Brasil; a correspondência do então governador e capitão-general do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e o relato de Gaspar Barléu sobre a presença de Maurício de Nassau no país são temas de alguns dos livros que o Senado lançará na Bienal do Livro da Bahia. A feira de livros, que ocorrerá no Centro de Convenções de Salvador, será realizada entre os dias 2 e 11 de setembro.

A *Vida de Luiz Viana Filho*, escrito pelo poeta, ficcionista e biógrafo baiano Manoel Justi-

niano da Fonseca, descreve a trajetória do acadêmico desde a infância. Já o título *500 Anos da História do Brasil*, do professor Olavo Leonel Ferreira, reúne uma seqüência cronológica de dados sobre o Brasil.

Os três tomos de *A Amazônia na Era Pombalina*, de Marcos Carneiro de Mendonça, reúne correspondência do capitão-general Francisco Xavier de Mendonça Furtado na época em que ele era administrador provincial. O *Brasil Holandês sob o Conde João Maurício de Nassau*, do poeta e ensaísta Gaspar Barléu, descreve o período em que a Holanda instalou colônia em Pernambuco.

Comissões

TERÇA-FEIRA

9h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS, CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Florestas públicas – Em reunião conjunta, as três comissões discutem o projeto que estabelece um modelo para a gestão das florestas públicas (PLC 62/05). A proposta delimita áreas nas florestas destinadas à exploração econômica de empresas, que ganham o direito ao uso da área por licitação. Além disso, define áreas destinadas às comunidades originais e à proteção ambiental. O projeto foi elaborado pelo Ministério do

Meio Ambiente, que busca um uso racional das florestas e pretende acabar com a exploração ilegal dos recursos naturais, razão de conflitos na área amazônica. O texto chegou à Câmara dos Deputados pouco tempo depois do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, no Pará.

11h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Fundos regionais – Tramitam em conjunto na CAE duas propostas que tratam do uso do Fundo de Desenvolvimento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Os textos ainda devem ser discutidos pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

QUARTA-FEIRA

Feriado. Não há sessão

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não deliberativa



CRISE POLÍTICA Desafio das comissões é transformar em realidade as iniciativas aprovadas em seus relatórios

Poucas propostas de CPIs viram leis



Uma das principais competências de uma comissão parlamentar de inquérito é, em seu relatório final, apresentar propostas de alteração de leis de forma a evitar que os problemas e crimes observados nas investigações voltem a ocorrer. Porém, levantamento realizado pelo **Jornal do Senado** nos bancos de dados da Câmara e do Senado demonstra que apenas 10% das propostas formuladas pelas CPIs são aprovadas pelo Congresso e transformadas em norma jurídica. Desse total, 3% ainda foram vetadas integralmente pelo presidente da República.

Entre os projetos que não chegaram a ser aprovados, 41% foram arquivados e 40% estão parados em alguma fase de tramitação. Em apenas 7% dos casos a tramitação de propostas de CPIs está ativa. Em outros 2%, as propostas foram rejeitadas (veja tabela).

Essas médias são inferiores ao que acontece com as propostas de parlamentares e de comissões do Legislativo em geral. Parte da explicação pode ser encontrada na tese de doutorado do professor da UFRJ



Entre os deputados Eurico Miranda e Zulaiê Cobra, Zico fala à CPI dos Bingos, de 1995

Charles Pessanha, segundo a qual, nos últimos anos, apenas 14% da produção legislativa correspondem a propostas de iniciativa parlamentar. O restante é de autoria do Executivo.

Outra explicação é que, depois de serem apresentados, os projetos são geralmente

acompanhados por seus autores ou grupos de pressão da sociedade interessados em sua aprovação. Mas projetos que, depois de apresentados, ficam "órfãos" tendem a cair no esquecimento.

Esse é exatamente o caso das CPIs, já que o autor do projeto deixa de existir

assim que o apresenta. Ou seja, as comissões de inquérito geralmente se encerram após a aprovação do relatório final em que as propostas legislativas são incluídas. Assim, não há uma pessoa ou instituição interessada em sua aprovação. O acompanhamento das proposições de comissões temporárias, como é o caso das CPIs, quando acontece, é feito por seus ex-relatores ou ex-presidentes.

Foi assim, por exemplo, com a CPI da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que teve três propostas aprovadas no Senado. Isso porque a senadora Patrícia Saboya (sem partido-CE), que foi presidente daquela comissão, acompanhou os processos com interesse. Porém, as

matérias andam lentamente na Câmara desde o início da crise política.

Outras propostas que estão paradas desde o primeiro semestre são as que saíram da CPI dos Combustíveis, na Câmara. Com andamento célere até o início do ano, elas perderam a urgência no final de agosto.

Funcionamento dos bingos tem sido investigado desde 1995

Liberados pela Lei Zico, em 1993, os bingos já tinham se transformado em um grande problema nacional em 1995. Naquele ano, a Câmara instalou uma CPI para investigar a relação dos bingos com a contravenção e a lavagem de dinheiro. Entre as conclusões da comissão, foi apresentado um projeto de lei que tentava manter a intenção da Lei Zico, ou seja, fazer com que os bingos fossem uma fonte de renda para o desporto nacional, desvinculando-os dos jogos de azar. A proposta, porém, nunca foi transformada em lei e acabou nos arquivos do Congresso.

O principal mérito daquele projeto, porém, era a proibição total das máquinas simuladoras de bingos, que se assemelham muito mais aos caça-níqueis de Las Vegas, nos EUA. Atualmente, sem uma definição legal clara, essas máquinas se proliferam pelo país, instaladas em diversos pontos, expostas a crianças e à população em geral. Antes importados, os caça-níqueis agora são fabricados no Brasil, com *software* que é feito de forma a que o jogador nunca

fique em situação vantajosa.

De acordo com as sugestões da CPI de 1995, a União deveria aumentar o controle e a fiscalização sobre os bingos. As entidades desportivas beneficiárias da arrecadação teriam responsabilidade pelo funcionamento dos bingos e sua participação no faturamento seria elevada para pelo menos 7%.

A proposta foi aprovada pela Câmara, mas acabou arquivada no Senado. O projeto foi considerado prejudicado, tendo em vista que a Lei Pelé regulamentava o assunto.

Em 1999, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado investigou um esquema de corrupção na liberação de autorização para abertura de salões de bingos eletrônicos, que atingiu o então ministro dos Esportes Rafael Greca.

O último capítulo dessa história foi a instalação da CPI que apura o envolvimento das casas de jogos com a lavagem de dinheiro. A expectativa é que a comissão possa regulamentar o assunto depois de mais de 12 anos de funcionamento irregular dos bingos.

CPI criada à época propôs mudanças na lei que liberou os bingos

Procuradores querem proteção à poupança

O projeto de lei da CPI dos Bingos de 1995, que, entre outros temas, proibia as máquinas caça-níqueis, poderia ter protegido a poupança da população, colocada à mercê do jogo de azar. A opinião é dos procuradores da República Celso Antônio Três e Pedro Taques, ouvidos pelo **Jornal do Senado**. Na opinião dos procuradores, que se dedicam a investigações sobre contravenções relacionadas à exploração irregular do jogo no Brasil, a aprovação dessa proposta seria importante para evitar a prática de crimes que acontecem graças às brechas na legislação atual.

– As máquinas caça-níqueis são um estelionato à poupança popular. Elas funcionam como um minicassino, com

luzes e elementos de sedução, cujo resultado é trágico. Hoje, elas estão pulverizadas em botecos na esquina – afirmou o procurador da República em Santa Catarina Celso Antônio Três, que, juntamente com Taques, participou da primeira audiência realizada pela CPI dos Bingos, em julho passado.

Por conta das brechas na lei, os procuradores informam que empresários de jogos conseguem liminares na Justiça que garantem o funcionamento de seus negócios. Há juízes, afirmam, que estão sendo investigados por aproveitarem da situação para vender suas decisões.

– É fundamental que a CPI ofereça uma legislação sobre o funcionamento dos bingos no Brasil – declarou Três.

Simon: com o fim da investigação, cai o interesse em aprovar projetos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) admite que as CPIs perdem a força política depois que apresentam seus relatórios finais. Assim, matérias que seriam importantes para melhorar a legislação e as instituições não são aprovadas.

Para o senador, a sociedade civil é co-autora das propostas durante as investigações. Com o fim dos trabalhos, "não há força suficiente para transformar as propostas em realidade".

Isso aconteceu, por exemplo, com o projeto de lei proposto pela CPI do PC Farias, que limitava o financiamento das campanhas eleitorais. Apesar de aquela comissão ter identificado a existência de contribuições irregulares a partidos políticos – problema que perdura até hoje, como comprovam as atuais CPIs –, o projeto foi arquivado.

Simon lembra que durante a CPI do Sistema Financeiro, em 1999, foram diagnosticados problemas de sonegação fiscal, mas proposta do secretário da Receita Federal à época, Everardo Maciel, para reduzir o problema não foi aprovada. Ele recorda ainda que o Código de Processo



Conforme Simon, "não há força para transformar proposta em realidade"

Civil foi apontado em CPIs passadas como uma dificuldade para levar um criminoso do colarinho-branco à prisão.

– Deveria se fazer um só inquérito judicial, como acontece nos EUA e na Inglaterra. Mas não há jeito de levar a proposta adiante aqui no Congresso – diz ele, destacando que, quando ocorre a aprovação no Senado, a proposta acaba não prosperando na Câmara, e vice-versa.

Tramitação de projetos de CPIs apresentados na Câmara e no Senado desde 1949



CRISE POLÍTICA Relatório lido e aprovado na quinta-feira classifica financiamento ilegal de “despropósito ético”

CPIs pedem cassação de 18 deputados



“Quem admite caixa dois é merecedor de severa reprimenda”, registra o relatório que as CPIs do Mensalão e dos Correios aprovaram por unanimidade na última quinta-feira. O documento recomenda que sejam indiciados os 18 deputados apontados nas investigações já realizadas. Ao condenar o financiamento ilegal das campanhas, caracterizado como “despropósito ético”, as CPIs contrariaram o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, para quem os deputados ligados ao financiamento ilegal de campanhas não devem ser cassados.

Os políticos identificados como destinatários dos recursos sacados das contas de Marcos Valério



Deputado Osmar Serraglio, ao lado do senador Amir Lando, lê o relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão

negaram a compra de apoio político e justificaram que o dinheiro quitou dívidas não contabilizadas de campanhas eleitorais de 2002 e de 2004. Questionados sobre a

moralidade da operação, alguns deputados alegaram ao relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), que o caixa dois é amplamente

utilizado na política brasileira e que eles só fizeram parte de uma prática comum.

O relatório aprovado pelas comissões não só condenou o caixa dois como lançou suspeita sobre a tese de que os recursos quitaram dívidas eleitorais, argumentando que “nem todos os tesoureiros e políticos apresentaram provas das dívidas supostamente honradas com o dinheiro de Marcos Valério”.

Apesar de não afirmar categoricamente que existe o “mensalão” denunciado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), o relatório confirma as acusações do petebista, ao reconhecer que deputados federais receberam vantagens indevidas com periodicidade, “sendo desimportante a denominação que se dê”.

As investigações, no entanto, não chegaram a ratificar as

denúncias feitas pelo petebista, que acusou o governo de pagar mensalmente valores entre R\$ 30 mil e R\$ 50 mil para os deputados de partidos aliados, com destaque para os membros do PP e do PL. A maior parte dos apontados até agora como beneficiários das contas de Valério é de deputados filiados ao PT.

Votação conjunta foi acordada com Renan

A votação do relatório em reunião conjunta das CPIs foi viabilizada por acordo entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os presidentes e relatores das duas comissões. A decisão resolveu o impasse sobre o relatório com os 18 cassáveis, que gerou atritos entre as duas CPIs desde que foi anunciado pelo deputado Osmar Serraglio, há cerca de três semanas.

Texto ridiculariza “desculpa esfarrapada”

Os próximos passos das investigações da CPI dos Correios, que volta a atenção para a origem dos recursos do “valerioduto”, foram indicados no relatório parcial apresentado pelo deputado Osmar Serraglio.

O documento coloca suspeitas sobre a versão de que os milhões sacados das contas de Marcos Valério foram resultado de empréstimos tomados a pedido do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. Segundo o relatório, “a ninguém convence a versão de que Valério tenha feito empréstimos ao PT apenas em nome da amizade com o tesoureiro daquele partido”.

A versão, continua, “não passa

de uma desculpa esfarrapada”. O relator também questiona os termos em que foram contratados os financiamentos, já que não haviam garantias concretas de que a dívida seria saldada.

Serraglio conclui que é “perfeitamente plausível a tese de que os empréstimos foram simulados para dar aparência lícita a dinheiro de origem ilícita destinado ao bolso de políticos sob o falso argumento do pagamento de dívidas passadas”.

Os contratos das estatais, outra vertente dos trabalhos da CPI dos

Correios, também foram tratados pelo documento, que chamou atenção para os métodos de seleção dos titulares das diretorias responsáveis por licitações, obras e outras operações de interesse empresarial.

Essa formatação, na avaliação do relator, corresponde a “ajustes espúrios”.

O texto refere-se ainda a denúncias confirmadas por alguns depoimentos tomados pela CPI dos Correios de que os titulares dessas diretorias induziam as empresas contratadas pela administração pública a contribuir para o partido.

“A ninguém convence a versão” de empréstimos feitos ao PT

Câmara pode votar punição a Roberto Jefferson no dia 13

O parecer do relator Jairo Carneiro (PFL-BA) com voto pela cassação do mandato do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) foi aprovado por unanimidade no Conselho de Ética da Câmara, na quinta-feira, permitindo que o processo seja apreciado pelo Plenário da Casa no dia 13 de setembro. A análise depende, no entanto, da inclusão do processo na pauta da Câmara, que deverá ser feita pelo presidente Severino Cavalcanti.

Jairo Carneiro recomendou a

perda do mandato de Roberto Jefferson por ele fazer a acusação de recebimento do “mensalão” por deputados do PL e do PP “sem provas seguras, atingindo a imagem da instituição não por um ‘dever ético’, mas para se livrar de suspeitas contra ele próprio”.

O relator argumentou que seu parecer não aponta suspeita sobre a existência ou não do pagamento de mesadas a parlamentares, que, segundo ele, deverá ser apurado pela CPI do Mensalão.

O que pesa sobre os acusados e como eles se defendem

	Acusações	Defesas
Roberto Jefferson (PTB-RJ)	Recebeu R\$ 4 milhões para o caixa dois do PTB e cobrou recursos do IRB	Não apresentou defesa à CPI dos Correios
Carlos Rodrigues (PL-RJ)	Ligado a R\$ 400 mil de Valério. Desses, sacou pessoalmente R\$ 150 mil	Afirmou que não há indício de prova que o vincule à quebra de decoro parlamentar
João Magno (PT-MG)	A CPI traçou saques de R\$ 126,9 mil para o deputado. Valério disse que Magno recebeu R\$ 350 mil.	Admitiu que o dinheiro eram recursos eleitorais não contabilizados e alegou que, juridicamente, as irregularidades eleitorais não configuram quebra de decoro.
João Paulo Cunha (PT-SP)	Recebeu, por intermédio da esposa, R\$ 50 mil. No dia anterior ao saque, Valério esteve na casa do deputado, de acordo com a agenda da sua ex-secretária	Os R\$ 50 mil foram sacados por indicação do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, para custear pesquisas eleitorais em Osasco. O deputado disse que não desconfiou de irregularidades
José Borba (PMDB-PR)	Listas apresentadas por Marcos Valério e por Simone Vasconcelos constata que ele recebeu R\$ 2,1 milhões.	Argumenta que jamais recebeu recurso do PT ou de Valério e que as listas apresentadas são “inventadas”
José Janene (PP-PR)	Aparece na lista de Valério como beneficiário de R\$ 4,1 milhões por intermédio de seu assessor, João Cláudio Genus	As operações efetuadas por Genu eram parte de ajuda financeira do PT para custear honorários de advogados
José Mentor (PT-SP)	Recebeu, pelo seu escritório, R\$ 120 mil de Marcos Valério. À época, era relator da CPI do Banestado, que excluiu o Banco Rural do relatório	O dinheiro refere-se a serviços advocatícios prestados por sua empresa. Disse que jamais tratou de assuntos da CPI do Banestado com Valério
Josias da Silva (PT-BA)	Sacou, pessoalmente, R\$ 100 mil do Banco Rural	O dinheiro quitou dívidas de campanha de um companheiro em dificuldades
Paulo Rocha (PT-PA)	Segundo Valério, recebeu R\$ 920 mil. A CPI ligou R\$ 420 mil ao deputado	Os saques se destinaram ao pagamento de dívidas eleitorais no Pará
Pedro Corrêa (PP-PE)	O assessor do PP disse que pegou dinheiro de Valério a mando do deputado	Os recursos foram repassados pelo PT para custear o advogado do partido
Pedro Henry (PP-MT)	Segundo Roberto Jefferson, o deputado recebia “mensalão” e pressionou o PTB para que ingressasse no esquema	Negou as acusações e observou que não estava relacionado a qualquer pessoa que integra as listas apresentadas pela investigação
Professor Luizinho (PT-SP)	Recebeu R\$ 20 mil por meio do seu assessor	Afirmou que é inadequado considerar uma única ajuda financeira como “mensalão”
Roberto Brant (PFL-MG)	Um de seus assessores recebeu R\$ 102,8 mil	O dinheiro foi doado pela Usiminas, apenas repassado pela agência de Valério
Romeu Queiroz (PTB-MG)	Valério disse que ele recebeu R\$ 350 mil. R\$ 102,8 foram traçados pela CPI	Parte do dinheiro foi repassada ao secretário do PTB. Os R\$ 102,8 mil apontados pela CPI foram doados pela Usiminas ao PTB
Sandra Mabel (PL-GO)	Roberto Jefferson o acusou de ser um dos operadores do “mensalão”. A deputada Raquel Teixeira disse que Sandra Mabel ofereceu R\$ 1 milhão para que ela se filiasse ao PL.	O deputado alegou que, como já está sendo investigado pelo Conselho de Ética da Câmara, não há qualquer razão jurídica para o seu indiciamento pela CPI e que as acusações contra ele são baseadas “em depoimento mentiroso” da deputada
Vadão Gomes (PP-SP)	Valério disse que o deputado recebeu R\$ 3,7 milhões	Afirmou que nem ele, nem seus assessores sacaram das contas de Valério
Vanderval Santos (PL-SP)	Citado como beneficiário de R\$ 150 mil, repassados por Simone Vasconcelos ao motorista do deputado	Não sabia da ida de seu motorista ao Banco Rural. Alega que inexistem provas da vinculação do deputado com os recursos investigados
José Dirceu (PT-SP)	Roberto Jefferson o acusou de ser o criador do “mensalão” e de coordenar as nomeações das estatais, que tinham o objetivo de arrecadar recursos para caixa dos partidos. Disse ainda que negociou com o ex-ministro a ajuda de R\$ 20 milhões ao PTB. Marcos Valério afirmou que Dirceu participou da negociação dos empréstimos que contratou em nome do PT e que sabia dos repasses	Os “documentos” apresentados contra ele determinam ser improcedente qualquer ilação de conduta irregular. As referências do deputado Roberto Jefferson são desprovidas de provas e de seriedade, caracterizando mera tentativa de desviar o rumo das investigações. Afirmou ainda que as alegações quanto ao seu conhecimento dos empréstimos tomados por Marcos Valério em favor do PT são incorretas

CRISE POLÍTICA Parlamentares querem que presidente da Câmara dê seguimento aos pedidos de cassação

Pressão para evitar o arquivamento



Com a aprovação do relatório parcial das CPIs do Mensalão e dos Correios, as expectativas sobre a punição dos 18 deputados acusados de quebra de decoro parlamentar recaíram sobre o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. É ele que vai decidir se recomenda a abertura de inquérito contra 15 deputados pelo Conselho de Ética, como pedem as CPIs, que indiciaram outros três deputados já investigados pelo conselho – Roberto Jefferson (PTB-RJ), Sandro Mabel (PL-GO) e José Dirceu (PT-SP).

O presidente da Câmara, no entanto, deu sinais de que pode optar por uma pena mais branda para os beneficiários do “valerioduto”, como defendeu em entrevista divulgada na última semana. Severino já afirmou que o destino inicial do relatório das CPIs é a Corregedoria. Mas os parlamentares querem a análise pelo Conselho de Ética.

– A intenção de todos é que o relatório siga para o Conselho de Ética – afirmou o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS). Ele disse ainda que as lideranças partidárias vão trabalhar para que isso aconteça, “a despeito do recesso branco” previsto para a Semana da Pátria.

O Congresso trabalha ainda com uma alternativa para evitar a *pizza*: o presidente do PPS, Roberto Freire (PE), já afirmou que o partido está disposto a endossar o pedido de abertura de inquérito, o que obriga o relatório a seguir para o Conselho de Ética da Câmara independentemente da opinião do presidente da Casa. Cauteloso, o relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), informou que as CPIs só devem recorrer à manobra se ficar clara a demora, por parte de Severino Cavalcanti, no encaminhamento do relatório.

A suspensão das votações por causa do feriado da Independên-

Cassação de Roberto Jefferson só será votada na semana que vem

cia também adiou para a próxima semana a decisão do Plenário da Câmara sobre a cassação do mandato de Roberto Jefferson (PTB-RJ). A punição só vai ser votada quando

forem retomadas as sessões deliberativas.

Com o fim da primeira fase das investigações, o presidente da CPI dos Correios anunciou que a comissão quer “menos política e mais técnica”, e vai se concentrar nos documentos e nas reuniões de trabalho das sub-relatorias. Por isso, foram adiados os depoimentos previstos para a semana, entre eles o do ex-ministro da Secretaria de Comunicação Luiz Gushiken, acusado, entre outros itens, de tráfico de influência perante os fundos de pensão.



O brigadeiro Grossi (D) prestou depoimento à CPI dos Correios sobre consultoria para a estatal

Grossi não explica contrato com os Correios

Em depoimento à subcomissão da CPI dos Correios que analisa os contratos da estatal, o brigadeiro Venâncio Grossi não explicou a natureza do seu contrato com os Correios, considerado irregular pela sindicância da estatal e pela Controladoria Geral da República (CGU).

O brigadeiro assumiu que não formalizou contrato da consultoria que prestou aos Correios. Ele disse que recebeu R\$ 45 mil em espécie pelo serviço, sob a promessa de que a situação seria regularizada ao final do trabalho. O responsável pelo pagamento, de acordo com o brigadeiro, foi o funcionário dos Correios Paulo Marcos, que, por sua vez, negou à sindicância dos Correios ter efetuado qualquer pagamento a Venâncio Grossi. A falta de contrato que comprove o vínculo empregatício do militar com a estatal aumentou as suspeitas sobre ele, que teria trabalhado em favor da Promodal. A empresa custeou suas despesas de hospedagem em Brasília.

Em sua defesa, o brigadeiro

Grossi alegou ter utilizado convênio da Promodal com um hotel brasileiro para ganhar descontos nas diárias, e garantiu que pagou suas despesas com o que recebeu dos Correios. Disse ainda que não houve conflito de interesses entre seus trabalhos na estatal e a consultoria que prestou durante a criação da Promodal.

Sindicância dos Correios apurou que o responsável pelo pagamento do salário do brigadeiro foi o então presidente da Universidade dos Correios, Maurício Marinho, o mesmo funcionário que foi flagrado em vídeo recebendo propina de R\$ 3 mil. O brigadeiro negou qualquer contato com Marinho ou com qualquer pessoa ligada a ele.

Contratado como consultor dos Correios em 2003, Venâncio Grossi foi responsável pela renegociação dos contratos da Skymaster, cujos valores caíram pela metade. O militar disse que seu trabalho

permitiu aos Correios economia de R\$ 105 milhões, mas representantes da Skymaster alegaram à imprensa que o brigadeiro tinha o objetivo de prejudicá-la.

– A planilha não privilegiava ou prejudicava ninguém. Apenas colocamos a balança equilibrada – argumentou o brigadeiro. Ele explicou que, com seu trabalho, buscou apenas levantar parâ-

metros para orientar a pessoa responsável pela condução do pregão, evitando assim que a licitação pudesse ser conduzida pela falta de conhecimento por parte do pregoeiro.

Na avaliação do sub-relator de contratos, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), o brigadeiro Venâncio Grossi deu informações técnicas que vão ajudar nas investigações dos parlamentares. Cardozo afirmou, no entanto, que o militar foi evasivo ao comentar a natureza do seu contrato com os Correios e a sua ligação com a Promodal.

Brigadeiro recebeu R\$ 45 mil por consultoria aos Correios

Bônus-Banval nega ter repassado dinheiro ao PP

Os sócios da corretora financeira Bônus-Banval, Enivaldo Quadrado, Breno Fischberg e Luiz Carlos Mazano, negaram à CPI dos Correios as denúncias feitas pelo empresário Marcos Valério. Ele acusara a empresa de repassar R\$ 3 milhões das suas contas ao líder do PP na Câmara, José Janene (PR).

Quadrado negou “de forma categórica” ter feito pagamento a qualquer político, especialmente a membros do PP. Assumiu ainda que Valério era cliente da corretora, responsável por investir no mercado financeiro R\$ 7 milhões do empresário ao longo de 2004. As operações, reafirmou Quadrado, não eram ilegais e não envolviam políticos.

Quem recebia o resultado das aplicações era sempre Valério, para quem Quadrado teria entregue, em uma ocasião, R\$ 6,5 milhões em São Paulo.

Apesar de negar que a Bônus-Banval mantinha relações ilegais com políticos, Quadrado assumiu que foi Janene quem o apresentou ao seu futuro cliente Marcos Valério. Este, por sua vez, o apresentou a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Essa ligação do sócio da Bônus-Banval aumentou a desconfiança dos parlamentares. Para o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), por exemplo, a corretora era utilizada por Valério na tentativa de “apagar o rastro do dinheiro”.



Enivaldo Quadrado nega categoricamente ter feito pagamento a qualquer político, especialmente a membros do PP

Entenda a Rede Postal Noturna

A Rede Postal Noturna (RPN) é o contrato de transporte aéreo de correspondências, que está sob suspeita na CPI dos Correios. Entre as empresas investigadas, está a Skymaster, responsável por duas linhas da RPN. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) informou que os valores pagos à Skymaster oscilaram de maneira suspeita: caíram de R\$ 9,5 milhões para R\$ 4,7 milhões por causa de uma nova licitação, mas, ao longo de 2004, a empresa renegociou o valor com os Correios e voltou a receber R\$ 9,8 milhões.

O brigadeiro Venâncio Grossi foi um dos responsáveis pela redução do valor pago à Skymaster. Contra ele, no entanto, pesam as denúncias de que estivesse agindo a mando da concorrente Promodal, já que assessorava a criação dessa empresa ao mesmo tempo que era consultor dos Correios. Chamou ainda a atenção dos parlamentares a falta de um contrato formal comprovando o vínculo do brigadeiro com os Correios.

Quando esteve na CPI, o presidente da Skymaster disse que foi forçado a aceitar a redução dos preços e defendeu sua posição de renegociar o contrato para que ele fosse “exequível”.

Mas o presidente da empresa assumiu que procurou o ex-secretário-geral do PT Sílvio Pereira para que ele intermediasse um encontro com o ministro das Comunicações à época sobre a redução do valor contratual, alegando que estava sendo prejudicado a mando da concorrência.

Auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) nos contratos da Skymaster apontou o pagamento indevido de R\$ 7 milhões para a empresa em reequilíbrio de preços, além de prejuízo de R\$ 37 milhões por causa de variações injustificadas dos preços cobrados por quilograma transportado pela empresa aérea.

A empresa esteve na mira da CPI do Banestado, que apurou o envio ilegal de US\$ 927 mil pela Skymaster.

Outra companhia aérea, a TAF, também teve os contratos da RPN investigados pela CGU, que apurou aumento irregular de R\$ 10 milhões. Além disso, a comissão de inquérito investiga denúncias de que as licitações induziam a vitória de uma ou outra empresa, informou o sub-relator de contratos na CPI Mista dos Correios, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP).

CRISE POLÍTICA Dinheiro de extorsão de empresários estaria sendo desviado por pessoas ligadas a Celso Daniel

Irmão de Celso Daniel reafirma "caixa três"



A reiteração da denúncia de João Francisco Daniel – irmão do prefeito de Santo André assassinado em 2002, Celso Daniel – de que o atual chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, foi responsável por entregar dinheiro proveniente de extorsão de empresários naquele município ao então presidente nacional do PT, José Dirceu, levou alguns senadores a pedirem a demissão de Carvalho, durante audiência na CPI dos Bingos.

O esquema, chamado de caixa dois, foi implantado na prefeitura por Celso Daniel, segundo seu irmão, mas fugiu ao seu controle, já que desvios começaram a ser feitos por Sérgio Gomes da Silva, o Sombra – já iniciado pela morte do prefeito –, pelo então secretário municipal de Obras Klinger de Oliveira Souza e pelo empresário de transporte coletivo Ronan Maria Pinto.

Os três deram início ao que João Francisco Daniel chamou de “caixa três”, esquema que levou Celso Daniel a produzir um dossiê (cuja cópia foi entregue à CPI), com estudo do aumento de patrimônios, o que, segundo o depoente, “precipitou a sua morte”, que teria sido encomendada por R\$ 1 milhão, conforme relato de um dos presos envolvidos no caso.

– No dia 26 de janeiro, uma semana depois da morte de Celso Daniel, Carvalho contou a mim

e a meu irmão Bruno que era o responsável por pegar a quantia arrecadada nas empresas por Sérgio, Klinger e Ronan, cerca de R\$ 45 mil mensais, e, com muito medo, levar o dinheiro para São Paulo, onde entregava nas mãos de Dirceu – informou. Em uma das viagens teria levado R\$ 1,2 milhão. O esquema foi confirmado por Carvalho em mais duas ocasiões, segundo o depoente, e também foi apontado por Miriam Belchior, ex-esposa de Celso Daniel.

José Jorge pede a demissão de Carvalho

Diante das afirmativas, o senador José Jorge (PFL-PE) disse que Carvalho teria de ser demitido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva naquele dia. Mas o chefe de gabinete foi defendido com veemência pelos senadores petistas, entre eles Tião Viana (AC) e Aloizio Mercadante (SP), que patentearam sua lealdade a Celso Daniel e o fato de ele ser um homem “digno, que deu sua vida pelo partido”.

O deputado federal Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), que acompanhou as investigações do caso, também foi defendido pelos parlamentares. Segundo o irmão de Celso Daniel, Greenhalgh insistiu na tese de crime comum e no fato de que o prefeito não havia sido torturado, teses que estão sendo desmontadas por novas investigações.

Dirceu e Carvalho divulgaram notas negando as denúncias.



João Francisco Daniel, ao lado de Efraim e Garibaldi, entrega cópia de dossiê feito por seu irmão

Relevância do depoimento é questionada

A motivação para a audiência do irmão de Celso Daniel na CPI dos Bingos foi questão para diversas discussões entre os senadores membros do colegiado. Enquanto uns defendiam a idéia de que se tratava de uma cartada política, outros estabeleceram relações com o crime organizado.

– O depoimento foi muito consistente e mostrou como age o crime organizado. Um depoente com a qualidade de João Francisco Daniel não viria aqui para mentir – considerou o presidente da CPI, Efraim Morais (PFL-PB). Para Geraldo Mesquita Júnior

(PSOL-AC), é relevante a presença de Francisco Daniel na CPI. “Os assassinos de Celso Daniel operavam no submundo do crime e, ao assassinar o prefeito, trouxeram à luz mecanismos de arrecadação de recursos operados pelo PT”, afirmou.

Já o senador petista Flávio Arns (PR) ponderou que o fato relaciona-se a crime organizado, mas não está relacionado a bingos.

– O próprio depoente disse que não tinha conhecimento de relação do assassinato com o jogo – ressaltou.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), lembrou que “os depoimentos, porque querem ser prestados, carregam a força da verdade”.

Todos os parlamentares presentes se solidarizaram com o sofrimento da família e apoiaram a iniciativa de reabertura do caso enquanto ele não estiver totalmente solucionado.

– Relevante é a história e a biografia de Celso Daniel. Enquanto a família tiver dúvida, a investigação terá de ser feita – disse o senador Aloizio Mercadante (PT-SP).



Viúva do ex-prefeito de Santo André, Roseana Garcia (D) assiste ao depoimento do cunhado, na companhia de Heloísa Helena

Semelhança com assassinato do prefeito de Campinas é apontada

Assassinado seis meses antes de Celso Daniel, o prefeito de Campinas, Antonio da Costa Santos, conhecido como o Toninho do PT, também foi morto em esquema de queima de arquivo, na opinião de João Francisco Daniel.

– Acho que ele foi morto por encomenda também, só não foi torturado como meu irmão

– afirmou o depoente após afirmativa do senador José Jorge (PFL-PE) de que os casos são muito parecidos.

A viúva do ex-prefeito, Roseana Garcia, e o irmão de Toninho, Paulo Roberto da Costa Santos, estiveram presentes no depoi-

mento de Francisco Daniel à CPI dos Bingos, acompanhados da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

Segundo Roseana, Toninho abriu várias frentes de combate em Campinas, entre elas as casas de bingos, empresas de transporte coletivo e empresas de coleta de lixo, que tiveram de reduzir contrato com a prefeitura em R\$ 42 milhões.

Roseana pede a reabertura do caso porque não aceita a tese da polícia de que o marido teria sido morto por ter atrapalhado fuga de ladrões na saída de um shopping.

Semana será dedicada à análise de documentos

Em uma semana que será dedicada à análise de documentos, a comissão técnica da CPI dos Bingos vai definir a agenda de convocações para o mês. Há possibilidade de o deputado federal José Dirceu (PT-SP) ser convocado.

– Não demorará a ser marcada a data – garantiu o presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Na próxima semana será votado o requerimento de convocação do ministro da Fazenda Antonio Palocci. Segundo depoimento de Rogério Buratti, ele teria permitido a

arrecadação mensal de R\$ 50 mil da empresa Leão & Leão – prestadora de serviço em Ribeirão Preto – destinados à campanha presidencial.

A aprovação de requerimento que pede o comparecimento do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, apresentado pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), abriu discussões entre os senadores.

De acordo com o requerimento, Buratti declarou que a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva contou com recursos oriundos de empresários de bingos e máquinas caça-níqueis

do Rio de Janeiro e São Paulo. Okamoto, por sua vez, teve participação ativa na campanha presidencial, tendo inclusive honrado dívidas do presidente Lula.

– Não vejo uma motivação para a apresentação do requerimento com relação aos objetivos da CPI, que tem um fato determinado – afirmou o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

Com a oitiva do irmão de Celso Daniel, Tião Viana (PT-AC) pediu que sejam ouvidos os delegados que investigaram o assassinato do prefeito.

Requerimentos da CPI dos Bingos

Convocações

· Wladimir Poeto. Identificado nos telefonemas de Rogério Buratti. Suspeita-se que os dois promoveram tráfico de influência para beneficiar grupos empresariais.

· Paulo Okamoto, presidente do Sebrae, teve participação ativa na campanha presidencial, tendo inclusive honrado empréstimos pessoais do presidente.

· Delegados Edson Santi e Arli Antônio Reginaldo, do Departamento Estadual de Investigações Criminais de São Paulo (Deic), e os delegados Armando Oliveira Costa e José Mazi, do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP).

Documentos

· Da empresa Leão & Leão, responsável pela coleta de lixo em Ribeirão Preto, informações quanto ao nome do responsável financeiro da empresa no período de 1992 a 2004.

· Da CEF, envio de relatório de auditoria ou qualquer outro procedimento administrativo realizado sobre o contrato em vigor da Gtech com a CEF.

· Ao secretário da Receita Federal, Jorge Antonio Rachid, o envio de cópia do processo administrativo disciplinar que examina a tentativa da máfia do jogo de introduzir no país, de forma irregular, as máquinas caça-níqueis como sendo equipamentos de informática.

· Da empresa Fischer & Foster Advogados, data de contratação do advogado Enrico Gianelli; nome das empresas para as quais Gianelli foi designado para prestar serviços em nome da Fischer & Foster, bem como o período em que prestou tais serviços e atribuições por ele exercidos; data em que foi desligado da empresa e o motivo de seu desligamento; e se houve qualquer solicitação da Gtech para que Gianelli deixasse de prestar serviços à Gtech; se positivo, qual o teor da solicitação e seu signatário.

Quebra de sigilos bancário, fiscal e telefônico

· Wladimir Poeto.

· Henrique Alves da Silva, que tem como procurador de uma de suas contas-correntes Carlos Cachoeira.

· Paulo Roberto de Almeida Ramos, parente de Carlos Cachoeira.

· Empresas Geplan Gerenciamento e Planejamento Ltda., Vitaplan Indústria Farmacêutica Ltda. e Bet Capital Ltda. Todas têm Carlos Cachoeira como um dos sócios e foram notificadas pelo Coaf.

· Empresas Vilimpres Indústria e Comércio Gráficos Ltda., Gráfica e Editora Viligraf Ltda. e Feed Back Fotolitos Ltda.

Fonte: CPI dos Bingos

CRISE POLÍTICA Ex-assessor fala à CPI dos Bingos e afirma que assunto Gtech nunca esteve na agenda do ministro

Palocci pode ser chamado a depor



A CPI dos Bingos decidiu votar na próxima semana requerimento que propõe a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, depois que seu então chefe de gabinete, Juscelino Dourado – que pediu demissão 24 horas após comparecer ao Congresso –, afirmou em depoimento nunca ter constado da agenda de Palocci qualquer reunião para discutir o contrato da Caixa Econômica Federal com a empresa multinacional Gtech.

– É o maior contrato da Caixa com uma empresa privada e, sendo a Caixa subordinada ao Ministério da Fazenda, eu entendo que o ministro Palocci teria que ter conhecimento do contrato, até pelas denúncias que foram feitas a respeito – afirmou o presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), para quem o depoente tentou, visivel-

mente, “blindar” o ministro.

Juscelino Dourado afirmou diversas vezes que o assunto nunca fez parte da agenda oficial do ministro.

– Ele recebeu o presidente da Caixa, mas não sei se discutiram o assunto – declarou Dourado, que também fez questão de enfatizar que Rogério Buratti e Ralf Barquete, ambos ex-secretários municipais em Ribeirão Preto (SP), não tiveram encontros no gabinete com o ministro.

Apesar de defender Antonio Palocci, declarando que o conhece há 13 anos, Dourado não quis afirmar que Buratti mentiu quando depôs ao Ministério Público e à CPI.

– Sou amigo dele, é meu padrinho de casamento, mas, conhecendo o ministro, não acredito que as denúncias sejam verdade – declarou.

Ele disse que o ministro só

recebe dirigentes máximos de empresas ou órgãos, ou subordinados, com autorização daqueles. A grande demanda por audiências e o grande fluxo de trabalho, segundo Dourado, impossibilitam grande parte dos pedidos feitos ao ministério.

Durante o depoimento ele deixou claro que já havia posto o seu cargo à disposição do ministro. Também ofereceu a quebra de seu sigilo bancário à CPI, para comprovação de seu patrimônio.

Dourado foi sócio de Rogério Buratti na empresa Wway Informática em 1997 e do irmão dele, Renato Buratti, na Editorarte, que, segundo ele, não chegou a funcionar. Desde 2003, Buratti e Dourado encontraram-se pelo menos nove vezes, segundo o chefe de gabinete, até mesmo no Ministério da Fazenda, de onde saíam para almoçar ou jantar.

Dourado disse não acreditar que denúncias contra Palocci sejam corretas



GERALDO MAGELA

Dourado presta depoimento; no dia seguinte, o assessor pediu demissão do cargo de chefe de gabinete de Antonio Palocci

Oposição pressiona para desvendar interesses

A oposição não desperdiçou a presença do então chefe de gabinete de Antonio Palocci à CPI dos Bingos. Já no final da noite de quarta-feira, os senadores insistiram na questão do conhecimento, ou não, da renovação do contrato da Caixa Econômica Federal com a Gtech.

– Não é possível que um homem subordinado a Palocci

não tenha despachado com ele sobre um contrato de mais de R\$ 600 milhões – afirmou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) quis saber de Dourado qual ministério teria autorizado a operação entre a Caixa e a Gtech, numa referência aos ministérios da Fazenda e da

Casa Civil, à época coordenada por José Dirceu.

Diante de mais uma negativa de que constasse da agenda ministerial qualquer assunto referente à Gtech, Jereissati afirmou então que a ordem teria sido dada pela Casa Civil. “É impossível que ninguém saiba de quem foi a última palavra”, completou.

Dourado pede demissão um dia depois de comparecer ao Senado

Em uma carta onde assegura estar com “a consciência tranqüila de que realizei minha missão, de que não fugi do caminho ético que sempre norteou e norteará a minha vida”, o chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pediu demissão do cargo 24 horas depois de depor à CPI dos Bingos.

Na carta, ele lembrou que dedicou 20 anos de sua vida à

militância política, dos quais 13 trabalhando ao lado de Palocci, no Executivo e no Legislativo. Em 1993 e 1994, ele teve como colega, no governo municipal de Ribeirão Preto, Rogério Buratti, de quem ainda diz ser amigo.

“Volto para casa com o sentimento do dever cumprido e de que não desperdicei os melhores anos da minha vida”, completou.

Nervoso, depoente não consegue explicar 49 conversas com Buratti

Nervoso na maior parte do depoimento, Enrico Gianelli não conseguiu explicar as 49 ligações telefônicas entre ele e Buratti no período de março de 2003 a março de 2004, das quais 35 no período da renovação do contrato da Caixa Econômica Federal com a Gtech.

Em confronto com depoimentos anteriores no caso, Gianelli, que depôs apenas na sua quarta convocação – na primeira ele conseguiu liminar para não se apresentar –, desmentiu o advogado Rogério Buratti, que afirmou à CPI que teria sido convidado por ele para atuar em seu escritório de advocacia.

– Eu nunca o convidei para trabalhar comigo. Apenas transmiti a ele o pedido de Marcelo Rovai para que eu os apresentasse – expôs o depoente.

Segundo Gianelli, a Gtech teria escolhido Buratti porque queria mudar as pessoas que participavam das negociações com a Caixa, por tratar-se de uma relação já bastante “desgastada”.

– Na verdade, quisera contratar Buratti porque ele estava mais próximo ao ministro Anto-

nio Palocci – afirmou o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), membro da CPI.

Em seu segundo depoimento, Buratti afirmou à comissão que a Gtech tentou contato com Ralf Barquete, à época assessor especial da presidência da Caixa, para lhe fazer uma proposta. Mas Barquete pediu-lhe que fosse em seu lugar.

Foi nesse encontro, em abril de 2003, segundo Buratti, que os executivos da Gtech ofereceram propina, variando de R\$ 500 mil a R\$ 16 milhões, para que o Ministério da Fazenda intercedesse em favor da renovação.

Gianelli afirma que nunca chamou Buratti para atuar em seu escritório



J. FREITAS

Advogado Enrico Gianelli depõe, ao lado dos senadores Mozarildo Cavalcanti e Garibaldi Alves Filho

Gianelli diz que sofreu ameaças

Somente depois de mais de cinco horas de depoimento, o advogado Enrico Gianelli, que atuou em causas pela empresa Gtech, afirmou à CPI dos Bingos que foi advertido por Marcelo Rovai, ex-diretor da multinacional no Brasil, de que iria perder o emprego e o registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Apesar de ter sofrido a ameaça em 2003, ele disse que até hoje não sabe o motivo de tais afirmações, resposta que não convenceu aos senadores.

– Ele só me disse: “Eu vou fazer

com que você perca o seu emprego e registro na OAB” – declarou Gianelli, referindo-se também a colocação do senador Tião Viana (PT-AC), que minutos antes havia classificado a Gtech como a “todo-poderosa, que não é passível de ser sequer processada no Brasil pelas suas ações”.

A ameaça, segundo o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), merece a abertura de um inquérito especial.

– É um fato grave não esclarecido pelo depoente. Ele é um ameaçado que não sabe o motivo

de ter sido coagido, o que é muito estranho – afirmou. A Gtech negou as acusações.

Gianelli – cujo escritório de advocacia prestava serviço para o grupo Fischer & Foster e então para a Gtech – disse que atuou inicialmente na renovação do contrato da empresa americana com a Caixa, ao lado do executivo da empresa Marcos Andrade. O advogado acrescentou que nunca ouviu falar sobre pedido de propina por parte de Buratti ou sobre qualquer oferta que teria sido feita por Rovai.



CÉLIO AZEVEDO

Para Juvêncio, “quiseram contratar Buratti porque era próximo a Palocci”

CRISE POLÍTICA Eles dizem que não há irregularidades nos investimentos da Previ, Petros e Funcef no Rural e BMG

Presidentes de fundos negam acusação



Os presidentes dos fundos de pensão Previ, Petros e Funcef negaram, em depoimento na quarta-feira à CPI do Mensalão, que as instituições tenham feito investimentos nos bancos Rural e BMG como forma de compensação pelos empréstimos concedidos ao empresário Marcos Valério para favorecer o PT. Sérgio Ricardo Silva Rosa, Wagner Pinheiro de Oliveira e Guilherme Narciso de Lacerda enfatizaram que todas as decisões tomadas foram em benefício dos fundos e de seus associados.

Segundo eles, os investimentos dos fundos nos bancos Rural e BMG não apresentam irregularidades. Sérgio Rosa informou que o volume de investimentos feitos nos dois bancos é de 3% do total de aplicações da Previ. De acordo com Guilherme Lacerda, a partir do início de sua gestão, em 2003, a Funcef fez operações com os bancos Rural e BMG menores que as realizadas até 2002. Já a Petros registrou um pequeno acréscimo nas aplicações feitas naqueles bancos em 2003, mas Wagner de Oliveira argumentou que elas foram muito pequenas, comparadas ao volume aplicado em outros bancos.

Os presidentes dos fundos disseram ainda que as instituições

têm contrato com a Globalprev, empresa que pertenceu a Luiz Gushiken, ex-ministro e atual chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos, ligado à Presidência da República.

Questionados pelos parlamentares sobre a indicação para a presidência dos fundos, Wagner de Oliveira afirmou que foi indicado para o cargo na Petros por Gushiken. Já Sérgio Rosa e Guilherme Lacerda disseram ter sido indicados pelas presidências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, respectivamente.

Apesar de admitir amizade com Luiz Gushiken e de lembrar que se encontra frequentemente com o ex-ministro para discutir a crise política e as denúncias contra os fundos, Sérgio Rosa negou que tenha sofrido ingerências de qualquer pessoa. Ele e os demais presidentes admitiram também que são filiados ao PT, mas, conforme ressaltou Guilherme Lacerda, “nenhum fundo de pensão pode se pautar por motivações partidárias”.



Filiados ao PT, Wagner de Oliveira, Sérgio Rosa e Guilherme Lacerda afirmam que nunca sofreram ingerências

Parlamentares questionam compra de ações

A compra de ações da Brasil Telecom e da Telemar pelos fundos de pensão foi duramente criticada na CPI do Mensalão. O relator da comissão, Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG), lembrou que, apesar de valerem no máximo R\$ 350 milhões, a Previ comprou as ações da Brasil Telecom por R\$ 1,3 bilhão.

O presidente da Previ, Sérgio Rosa, justificou a operação dizendo que é prevista uma grande valorização dessas ações até 2007, o que, segundo ele, reverterá em lucro para os fundos.

A compra de ações foi considerada pelo deputado Moroni Torgan (PFL-CE) como um “acordo de cartel”. Em sua avaliação, por serem empresas concorrentes, a operação feita pela Previ prejudica os acionistas da instituição e os usuários de serviços telefônicos.

O presidente da Petros, Wagner de Oliveira, afirmou que o fundo – também acionista da Telemar – pediu esclarecimento sobre o investimento de R\$ 5 milhões feito pela operadora na empresa Gamecorp, que tem como sócio Fábio Luiz Lula da Silva, filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Wagner de Oliveira informou que irá encaminhar a resposta à CPI do Mensalão.

O deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ) pediu a quebra de

sigilo das operações realizadas entre 1998 e 2005 pelos fundos na Bolsa de Mercadorias & Futuros. Ele acredita que houve irregularidades em contratos feitos pela Previ em 1998.

Falta de informações prejudica depoimentos

A deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP) – escolhida pelo relator da CPI do Mensalão, juntamente com o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), como sub-relatores da comissão – reclamou que os parlamentares ainda não tiveram acesso aos dados originados da quebra de sigilo dos fundos de pensão.

Por essa razão, a deputada avaliou como insuficiente o depoimento dos presidentes dos fundos e defendeu a convocação individual de cada um deles.

A quebra de sigilo da Previ, da Petros e da Funcef foi aprovada pela CPI dos Correios, que irá repassar os dados à Comissão de Inquérito do Mensalão. O problema é que a iniciativa foi tomada apenas uma semana antes do depoimento dos presidentes.

Sócio da Guaranhuns prefere o silêncio

À maior parte das perguntas feitas pelos parlamentares da CPI do Mensalão, na terça-feira, José Carlos Batista, sócio da empresa Guaranhuns Empreendimentos, respondeu com a declaração de que se reservava “o direito de ficar em silêncio”. Munido com um *habeas corpus* preventivo concedido pelo Supremo Tribunal Federal, Batista admitiu ter recebido R\$ 4 milhões da SMP&B, empresa de Marcos Valério, e repassado os recursos ao presidente do PL, Valdemar Costa Neto, mas se recusou a dizer quem

intermediou a entrega desses recursos ao ex-deputado.

O representante da Guaranhuns negou conhecer pessoalmente Costa Neto e o ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas, informando que recebeu dinheiro somente por meio de transferências bancárias (TEDs e DOCs). Ele também negou que tenha movimentado os R\$ 10 milhões divulgados pela imprensa. José Carlos Batista

não explicou a relação entre a compra de títulos realizada pela Guaranhuns para o empresário Marcos Valério, no valor de R\$ 10 milhões, e os R\$ 4 milhões repassados pela SMP&B à sua empresa, mas afirmou que assinou um contrato com o empresário mineiro que teria como objetivo levantar recursos para quitar dívidas de campanha do PT e do PL.

Parlamentares suspeitam que Batista seja um “laranja” da empresa

Ainda na terça-feira, Marcos Valério divulgou nota afirmando que destinou cerca de R\$ 6 milhões à Guaranhuns, como parte dos repasses ao PL, e desmentindo a assinatura de um contrato entre as duas empresas, que “nunca foi registrada na contabilidade da SMP&B”. Valério também reafirmou que a Guaranhuns foi apresentada a ele por Jacinto Lamas, indicado pelo ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para receber os repasses destinados ao PL.

Dizendo possuir 1% do capital da Guaranhuns, Batista declarou que os outros 99%

pertencem à Esfort Trading, empresa uruguaia da qual também é sócio e representante, mas cujos outros sócios afirmou não conhecer. Ele não quis dizer quanto pagou ao proprietário anterior da Guaranhuns, Lúcio Funaro, pela aquisição da empresa. Alguns parlamentares da CPI do Mensalão manifestaram suspeita de que Batista seja um “laranja” da empresa uruguaia. Estranharam também a movimentação de R\$ 9 milhões na conta conjunta de José Carlos Batista e sua esposa.

No início de seu depoimento, Batista leu texto em que dizia “sentir-se réu político, mesmo sem ser político”, e ter “medo de acabar num cárcere infecto em regime de solitária, ou pior, acabar como o querido prefeito Celso Daniel [de Santo André, SP], torturado cruelmente e em seguida assassinado”. O representante da Guaranhuns afirmou ainda que o fato de ter sido o único indiciado até agora no inquérito instaurado pela Polícia Federal confirmava seu medo e acrescentou ter ciência de que pode ser condenado a 24 anos de prisão.



Batista (C) se negou a dizer quem intermediou a entrega de recursos ao presidente do PL

CRISE POLÍTICA Relator na CCJ, senador José Jorge comemora envio da proposta e pede urgência aos deputados

Reforma eleitoral vai à análise da Câmara



O senador José Jorge (PFL-PE), relator do projeto de reforma eleitoral emergencial (PLS 275/05) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), anunciou que a proposta seguiu na quinta-feira para a Câmara dos Deputados, encerrado o prazo de recurso para deliberação pelo Plenário, depois da decisão terminativa na CCJ.

Ele apelou ao presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), e ao presidente da CCJ, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), por uma aprovação rá-

ida, para que o projeto seja sancionado até 30 de setembro e que as regras entrem em vigor nas eleições de 2006.

José Jorge destacou os principais pontos da minirreforma, cujo projeto original é do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC): redução do tempo de campanha, de 90 para 60 dias; simplificação dos programas de TV; proibição da boca-de-urna; e exigência de os partidos divulguem sua movimentação financeira na Internet.

Em aparte, os senadores Alberto Silva (PMDB-PI), Eduardo Si-



José Jorge afirma que projeto reduz custos de campanha

queira Campos (PSDB-TO), Sibá Machado (PT-AC) e Fernando Bezerra (PTB-RN) elogiaram a iniciativa do projeto.

Renan destaca necessidade de mudanças

Na abertura do Fórum Especial Reforma das Instituições do Estado Brasileiro – Executivo, Legislativo e Judiciário, na quinta-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que o Senado aprovou, no mês de agosto, a minirreforma eleitoral que poderá vigorar já nas eleições de 2006. O senador destacou também a necessidade da reforma do sistema partidário brasileiro, com partidos fortes

pelos quais os candidatos sejam eleitos na defesa de programas e idéias.

– Precisamos cortar custos das campanhas e deixar essas coisas que não são consensuais para depois. O fundamental é caminhar no rumo da transparência, da ética e do financiamento indiscutível. O que não pode acontecer é nós fazermos uma nova eleição com as velhas regras, os velhos erros e os

velhos vícios. Essas produções milionárias é que estimulam o caixa dois – assinalou.

Renan afirmou também que, como os presidentes e os relatores das CPIs instaladas no Congresso Nacional, ele tem um único objetivo: apurar todas as denúncias de corrupção e aperfeiçoar as instituições.

– O Poder Legislativo rechaça qualquer manobra no sentido de inibir as investigações – disse.



Renan, ao lado de Thomaz Bastos: Congresso aproveita a crise para aperfeiçoar as instituições

CRÍTICAS A LULA

Arthur Virgílio afirma que governo Lula é autoritário

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), afirmou que o governo federal “é autoritário e se posiciona contra a democracia”. Segundo o senador, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva demonstrou esse comportamento “ao agir contra a liberdade de expressão e de imprensa”.

– O governo petista do presidente Lula fez e desfez, bordou e desbordou, tentou e tentou contra a democracia, ao planejar a criação de organismos nazistas de restrição à liberdade de expressão e de imprensa – disse Arthur Virgílio, citando as “tentativas de amordaçar” os procuradores da República, os jornalistas, as produções culturais e os senadores, além de impedir que servidores públicos falassem com a imprensa.

Ele pediu a transcrição nos Anais do Senado de carta enviada ao presidente por integrantes do Pensamento Nacional das

Bases Empresariais (PNBE), na qual eles pedem a Lula que fale tudo o que sabe sobre os casos de corrupção que estão sob investigação.

– O PNBE, que apoiou Lula com tanto entusiasmo na eleição, também não aceita o jogo de escapismo do presidente – afirmou Virgílio.

"Desconhecimento da história"

Para o senador, Lula tem demonstrado “leviandade e desconhecimento” da história do Brasil em seus últimos pronunciamentos, quando fez comparações de sua situação política às vividas por ex-presidentes como Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas e Jânio Quadros.

– O presidente só não se compara com o Fernando Collor de Mello, o único a quem devia se comparar, pela situação de corrupção a sua volta – disse.

ACM diz que presidente erra nas comparações

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou, na quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por seus últimos pronunciamentos, em que se comparou, como vítima, ao falecido presidente Juscelino Kubitschek.

O senador mencionou, especificamente, discurso feito por Lula na terça-feira, em Minas Gerais, e afirmou que o presidente evocou erradamente JK ao referir-se a ataques que tem sofrido por conta das investigações de corrupção no seu governo. Lula citara episódio considerado inexistente pelos historiadores, no qual Juscelino, durante seu mandato, teria sido vítima de atentado contra sua vida e de perseguições contra sua honra.

Na avaliação de Antonio Carlos, ao citar fatos inexistentes, Lula teria o intuito de impressionar eleitores e disfarçar a crise política que enfrenta.

Senador propõe convocação de Assembléia Constituinte

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) comunicou ao Plenário a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC), de sua autoria, convocando uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser instalada em 1º fevereiro de 2007. Ele refutou a opinião dos que julgam ser “um golpe” a realização de trabalhos constituintes no momento atual.

– Golpe seria manter as regras



Para Almeida Lima, “golpe seria manter as regras [eleitorais] hoje vigentes”

hoje vigentes, as quais condenam o Brasil e seu povo a este espetáculo triste e degradante de esfacelamento institucional, político e social – afirmou, acrescentando que a ordem constitucional exige sua reforma integral.

Cristovam quer movimento nacional pela ética na política

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) alertou para o risco de perda de esperança por parte da população, que, a seu ver, deu grande mostra de sabedoria e ousadia ao eleger para presidente um líder de esquerda que prometia mudanças. Cristovam propôs a criação de um movimento nacional pela ética na política e nas prioridades públicas.

– Temo que o povo, que deu lição aos intelectuais e aos políticos, caia na frustração, e que esta se transforme em alienação. Precisamos ser insuflados, para



Cristovam teme que povo caia na frustração depois de eleger presidente de esquerda

que os intelectuais não fiquem no silêncio e para que os políticos não fiquem no imediatismo pois, senão, o povo não vai demorar em dizer ‘todos fora’.

Quintanilha defende unificação das eleições para reduzir os custos

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu a realização de eleições gerais para presidente da República, governadores, prefeitos, senadores, deputados federais e estaduais e vereadores. De acordo com Quintanilha, essa medida, juntamente com outras propostas em tramitação no Congresso, poderia dar importante contribuição para a redução dos gastos

em campanhas eleitorais.

– Está claro, para todos nós, que uma das razões que tem provocado esses desvios de conduta, essa deformação no processo político-partidário, é exatamente o elevado custo das campanhas. Por que precisamos ter um processo eleitoral a cada dois anos envolvendo toda a população e parando o país? — perguntou o senador.

Mão Santa: Lula não está sendo um bom cidadão

Mão Santa (PMDB-PI) também condenou o presidente Lula por ter-se comparado a Getúlio Vargas e a Juscelino Kubitschek. Para o senador, Lula jamais se aproximaria da grandeza dos dois ex-presidentes, considerados políticos informados, atualizados e preparados para exercer o maior cargo do país, ao contrário do atual chefe da nação, segundo o parlamentar.

– É por vaidade que o presidente defende um PT descarado e ladrão – disse o senador.



Mão Santa considera que Lula defende um PT “descarado e ladrão” por “mera vaidade”

Família de JK lamenta equívocos em discursos

Paulo Octávio (PFL-DF) leu em Plenário nota da família de Juscelino Kubitschek, em que manifesta preocupação com supostos equívocos cometidos pelo presidente Lula ao mencionar JK em seus pronunciamentos. A nota afirma que algumas das citações feitas pelo presidente carecem de veracidade.

Conforme a nota lida por Paulo Otávio – que falou em nome de sua esposa, Ana Cristina, neta de Juscelino, e de seus filhos, “herdeiros de JK nascidos em Brasília” – as dificuldades políticas vividas por Juscelino “não podem, em hipótese alguma, ser comparadas às da atual conjuntura política do Brasil de hoje”.

O comunicado destaca que o momento político brasileiro “contradiz a história, o passado e os ideais políticos” de Juscelino Kubitschek. Ana Cristina é presidente do Memorial JK, localizado em Brasília.

CRISE POLÍTICA Senadores debatem desdobramentos das investigações das comissões parlamentares de inquérito

Alvaro defende punição exemplar



A aprovação unânime do relatório das CPIs dos Correios e do Mensalão abre caminho para uma punição exemplar dos deputados acusados de quebra de decoro parlamentar, afirmou na sexta-feira o senador Alvaro Dias (PSDB-PR). Ele lembrou que uma investigação sobre quebra de decoro parlamentar é uma operação política e, por isso, não necessita de provas de cunho judicial. Mesmo assim, em sua opinião, o relatório foi além do necessário, pois apresentou indícios fortes de corrupção e até provas cabais.

Alvaro Dias salientou que "muitos criticam o Legislativo por conta da impunidade, uma vez que os acusados não são presos nem devolvem o dinheiro roubado".

– As críticas estão certas, mas o endereço está errado. É ao Judiciário que devem ser dirigidas, porque é ele que deve tomar essas providências. Esperemos que, desta vez, a Justiça não decepcione os brasileiros – frisou o senador.

Alvaro também lamentou a rejeição de seu requerimento solicitando a tramitação, em regime de urgência, do projeto



Alvaro afirma que parecer mostra "provas cabais" para responsabilizar envolvidos

que torna inelegível o parlamentar que renunciar ao mandato. A orientação para a retirada da urgência foi do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante

(PT-SP). O senador paraense ressaltou que o pedido de urgência tinha como objetivo permitir que a norma vigorasse já nas próximas eleições. Com a retirada, assinalou, denunciados pelas CPIs poderão renunciar a seus mandatos e concorrerem no próximo ano.

O parlamentar criticou ainda a retirada de outro pedido de sua autoria solicitando ao Tribunal de Contas da União (TCU) auditoria na concessão de empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para investimentos no exterior.

Cartões corporativos

Alvaro Dias encaminhou à Mesa do Senado requerimento dirigido à ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, solicitando o envio à CPI dos Correios de todas as notas e faturas das prestações de contas dos servidores usuários de cartões de créditos corporativos, de 2003 até este mês.

Ele esclareceu que tomou a decisão em repúdio à nota oficial em que a Casa Civil desmentiu acusações de desvios de recursos oriundos dos cartões de crédito corporativos do governo e garantiu que todas as operações realizadas com os cartões foram legais.



Heloísa Helena cobra o aprofundamento das investigações

Heloísa pede quebra de sigilos dos acusados

Heloísa Helena (PSOL-AL) apelou, sexta-feira, aos integrantes das CPIs dos Correios e do Mensalão que não interrompam as investigações sobre os 18 deputados que, de acordo com relatório parcial das duas comissões, devem ser processados por quebra de decoro parlamentar. Na opinião da senadora, é preciso ainda quebrar os sigilos bancário, fiscal e telefônico desses deputados para descobrir os destinatários finais do dinheiro.

Heloísa lembrou que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ao qual cabe dar prosseguimento aos processos contra os deputados, não tem poderes para quebrar sigilos.

Simon destaca a isenção das duas comissões

Pedro Simon (PMDB-RS) elogiou, na sexta-feira, a aprovação do parecer conjunto das CPIs dos Correios e do Mensalão que indica ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara os nomes de 18 deputados e de um ex-deputado envolvidos com o recebimento irregular de dinheiro.

Simon enalteceu o fato de os parlamentares deixarem de lado "as paixões pessoais" por partidos para trabalhar com isenção, em prol da instituição.

– Ao concordarem em encaminhar o relatório sem pedido de vista e sem debate, obtendo aprovação unânime dos seus membros, as duas CPIs protagonizaram um dos atos mais importantes a que já assisti neste Congresso Nacional.

País não perdoará qualquer tipo de acordo para poupar acusados, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que não tem recebido pressões para omitir nomes de parlamentares nas denúncias de corrupção e que não tem visto indícios de acordos para isso. Afirmou, porém, que, se esses acordos existirem, seus autores serão punidos. Ele sustentou que os integrantes das comissões parlamentares de inquérito (CPIs) que estiverem sendo pressionados devem denunciar tudo.

– Se houver pressão, de modo a dificultar a investigação e o esclarecimento que nós queremos, vamos punir exemplarmente, seja qual for a punição. Essa coisa de que não vai haver punição, de que pode haver acordo, do ponto de vista do Senado, é uma coisa absurda. Nós não ouvimos falar nisso, nem vamos ouvir. O país não perdoará. Eu estou cobrando que a investigação se aprofunde.

Em conversa na manhã de quarta-feira com Renan Calheiros, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva quis saber como andam as investigações do Congresso sobre as denúncias de corrupção e informou que tem cobrado rapidez nas apurações conduzidas pela Polícia Federal, pela Controladoria Geral da União e pela Receita Federal. Ao relatar a conversa, Renan disse que Lula continua otimista com o desempenho da economia.

– O presidente me convidou para uma conversa institucional,

como devem ser as conversas entre presidentes de dois Poderes, sobretudo num momento de crise profunda como a que estamos vivendo. Conversamos sobre a conjuntura, ele quis saber do andamento das investigações no Congresso e disse que tem cobrado rapidez na conclusão das investigações realizadas no âmbito



ACM dirige apelo a presidente do Senado para que não permita uma "operação abafa"

do Executivo – informou.

No encontro, Renan disse a Lula que a decisão do Senado de criar uma instância de convergência para racionalizar os trabalhos das CPIs vai engrenar os trabalhos e propiciar a apresentação dos resultados esperados pela sociedade.

– A única maneira de o Congresso Nacional reaver sua credibilidade é punindo exemplarmente. Esse é o estado de espírito que domina o Congresso – assinalou o presidente do Senado.

Quando os jornalistas lhe perguntaram se o presidente Lula

demonstrou preocupação com a economia, Renan afirmou que o chefe do Executivo não só está otimista como acredita que os indicadores econômicos vão continuar melhorando, sobretudo neste segundo semestre, quando o comércio é aquecido pela proximidade do Natal. Na mesma conversa, Renan disse ao presidente Lula que o Legislativo vive na mais plena normalidade.

Apelo de Antonio Carlos

Em discurso na terça-feira, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez apelo a Renan Calheiros para que não permita uma "operação abafa" destinada a evitar a cassação dos deputados denunciados por corrupção. Antonio Carlos também alertou os deputados para que exerçam vigilância sobre o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que teria insinuado que não iria punir ninguém.

O senador pela Bahia ressaltou estar estupefocado com a notícia de que o presidente da Câmara dos Deputados vai representar o Brasil na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Antonio Carlos sugeriu que Renan Calheiros vá à assembléia de forma independente, para que se possa "distinguir quem é quem". O parlamentar pediu que, no lugar de Severino Cavalcanti, seja enviado o vice-presidente da República, José Alencar, ou um membro da Mesa da Câmara.



Para Demostenes, presidente da Câmara lidera um "acordão" visando salvar delinquentes

Demostenes critica postura de Severino

Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou na terça-feira que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, lidera um "acordão" com a finalidade de impedir a cassação do mandato de deputados envolvidos em corrupção.

– O presidente da Câmara lidera o tal acordão com a finalidade de salvar o mandato de delinquentes políticos e trazer para a vala comum todos os homens públicos. Ao preservar os envolvidos, Severino Cavalcanti imagina galgar interlocução superior com o Palácio do Planalto, manter toda a classe política refém da sua boa-vontade e ainda ampliar os domínios na combalida governadoria do PT.

Tebet reage a críticas ao Congresso

Ramez Tebet (PMDB-MS) defendeu o Congresso das críticas que vem sofrendo em função da crise política. Em discurso na sexta-feira, Tebet afirmou que Câmara e Senado têm, por meio das comissões parlamentares de inquérito (CPIs), a oportunidade de fortalecer a instituição, inclusive afastando das duas Casas aqueles que forem comprovadamente culpados de participar dos esquemas de corrupção que estão sendo investigados.

Para Tebet, as CPIs têm tido seus trabalhos questionados pela opinião pública injustamente, uma vez que estão cumprindo com seriedade seu papel de apurar as denúncias de corrupção e produzir relatórios para instruir o Ministério Público e o Judiciário.

DESISTÊNCIA - Senadores petistas comentaram, na segunda-feira, a desistência de Tarso Genro de disputar as eleições internas do PT pelo Campo Majoritário. O presidente interino do partido havia afirmado que só ficaria na chapa se o ex-ministro José Dirceu saísse.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), o fato não deve ser visto como uma vitória de Dirceu e uma derrota de Tarso, embora reconheça que Dirceu tenha saído fortalecido. "É bom lembrar que o que está em jogo não é um ou outro nome, mas um programa, uma proposta, uma grande mudança que vai acontecer no partido."

Mas Sibá Machado (PT-AC) disse acreditar que a desistência, às vésperas da eleição, vai resultar em prejuízo muito grande ao partido.

CONTROLADORIA - César Borges (PFL-BA) criticou o trabalho da Controladoria Geral da União (CGU), que "até hoje não foi capaz de descobrir uma irregularidade mínima do governo do PT", limitando-se a fiscalizar prefeituras de partidos adversários. O senador sustentou que a ascensão do ex-ministro Waldir Pires à direção da CGU significou uma guinada nos trabalhos do órgão, criado para fiscalizar o próprio governo federal.

– Agora, sabemos que a controladoria se concentra na fiscalização de municípios que recebem dinheiro da União. No entanto, curiosamente, só fiscaliza prefeituras administradas por políticos de partidos adversários do PT.

ORÇAMENTO Projeto em tramitação no Congresso sinaliza a baixa capacidade de investimento do governo federal

Lei orçamentária mantém arrocho



O projeto de lei mais importante para o contribuinte, mostrando o que o governo pretende fazer com as contribuições e os impostos recolhidos aos cofres da União, começou a tramitar no Congresso na última quarta-feira. Com previsões nada alentadoras, a proposta orçamentária desenhada pelo Executivo mantém o arrocho fiscal e sinaliza a baixa capacidade de investimento do governo federal.

É brutal o gasto com juros, encargos e amortização da dívida pública, que juntos consomem R\$ 260,14 bilhões, praticamente a metade da arrecadação federal estimada em 2006, de R\$ 523,3 bilhões. Além disso, a União enfrenta a pouca flexibilidade nas suas despesas obrigatórias, como pessoal e benefícios sociais e previdenciários, e também dos recursos vinculados constitucionalmente, como os que vão direto para a saúde e a educação.

Resultado: o espaço para retomar seus investimentos é pequeno. Eles devem crescer apenas 4,2% nominalmente em relação a este ano. Ou seja, abaixo da inflação média medida pelo Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), projetada em 5,09% para 2006. O montante a ser in-

vestido com recursos fiscais e da seguridade social em 2006 é de apenas R\$ 14,7 bilhões.

O valor total do Orçamento entregue pelo ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, ao presidente do Congresso, Renan Calheiros, é de R\$ 1,635 trilhão, com um crescimento nominal de 1,78% em relação a 2005. Porém, a cifra vultosa tem um caráter mais contábil do que real.

O refinanciamento da dívida mobiliária federal, projetado em R\$ 826,88 bilhões, representa mais do que a metade do total orçado. Esse montante é reforçado pelos R\$ 7,7 bilhões de dívidas contratuais perante organismos como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), igualmente refinanciadas.

O valor do Orçamento para 2006 é de R\$ 1,6 trilhão, 1,8% maior

Mas o que representa um esforço efetivo é o que o país deve pagar em juros e encargos da dívida pública, montante orçado em R\$ 179,52 bi-

lhões, com o expressivo aumento de 61,98% em relação a este ano. A proposta do governo também prevê R\$ 80,617 bilhões de amortização efetiva da dívida: 22,59% a mais do que em 2005.

Sobram do Orçamento R\$ 528,4 bilhões – depois de retirados todos os valores relacionados à dívida, inclusive os R\$ 11,87 bilhões de saldo contábil negativo das movimentações do Banco Central



Deputado Merres, Paulo Bernardo, Renan e Fernando Bezerra: Congresso recebe projeto do governo

–, segundo os dados apresentados no projeto de lei.

No entanto, isso não traduz o que realmente o governo dispõe para gastar, intituladas de despesas discricionárias. Pelos valores divulgados à imprensa, pelo ministro do Planejamento, essas despesas estão projetadas em R\$ 83,45 bilhões (19,1% da receita líquida). A quantia inclui investimentos de R\$ 3,3 bilhões do chamado Projeto Piloto, negociado em 2004, quando ainda vigorava o acordo com o FMI, e a reserva específica de R\$ 4,4 bilhões, obtida com o que exceder o teto de 16% do PIB, fixado para a arrecadação de impostos e contribuições (exceto as previdenciárias) administrada pela Receita Federal.

Síntese do Orçamento

Discriminação	2005		PLO 2006	
	R\$ bilhões	% PIB	R\$ bilhões	% PIB
Receitas	476,3	24,40	523,3	24,48
Receita administrada	321,6	16,47	347,4	16,25
Arrecadação líquida INSS	108,2	5,54	120,5	5,64
Receitas não administradas	46,8	2,40	55,6	2,60
Incentivos fiscais	-0,3	-0,01	-0,2	-0,01
Transferência a estados e municípios	76,9	3,94	84,8	3,97
Receita líquida (I - II)	399,5	20,46	438,5	20,51
Despesas	357,1	18,29	389,5	18,22
Pessoal e encargos sociais	92,5	4,74	99,0	4,63
Benefícios da Previdência	146,5	7,51	159,6	7,46
Outras despesas de custeio e capital	118,0	6,05	130,9	6,12
Executivo (*)	113,7	5,83	125,6	5,88
Legislativo/Judiciário e MPU	4,3	0,22	5,3	0,25
Discrepância estatística/ajuste metodológico	1,3	0,06		
Recursos para o Projeto Piloto	2,8	0,14	3,3	0,15
Primário fiscal e seguridade (III - IV + V+VI)	46,5	2,38	52,4	2,45
Resultado primário - estatais	15,0	0,77	15,0	0,70
Resultado primário - estados e municípios	21,5	1,10	23,5	1,10
Resultado primário - consolidado (VII+VIII+IX)	83,0	4,25	90,9	4,25

(*) Inclusive Projeto Piloto de Investimentos

Petrobras lidera investimentos de estatais

Mais uma vez os investimentos federais estarão por conta das estatais. O valor orçado para 2006 é de R\$ 30,7 bilhões, com um crescimento nominal de 20,86% sobre o montante reprogramado em 2005 (veja quadro ao lado).

O orçamento de investimento das estatais, que integra o projeto de lei orçamentária, prevê que as empresas do grupo Petrobras responderão pela maior fatia – R\$ 24,09 bilhões, contra R\$ 19,53 bilhões deste ano. Além disso, são as únicas empresas com previsão de investimentos no exterior: de R\$ 8,08 bilhões contra R\$ 7,12 bilhões em 2005.

O setor de energia comandado pela Eletrobrás vem em segundo lugar na lista, com investimentos de R\$ 5,16 bilhões (neste ano devem ser executados R\$ 4,64 bilhões). As outras estatais do setor produtivo investirão juntas apenas R\$ 1,53 bilhão, menos do que o Banco do Brasil, que apresentou previsão de R\$ 1,61 bilhão, o maior do setor financeiro federal.

O compromisso de realizar um superávit fiscal (economia de recursos para o pagamento de juros e encargos da dívida pública) de 4,25% do produto interno bruto (PIB), apesar de na prática estar superando essa meta (o esforço fiscal de todo o setor público atingiu 6,27% do PIB até julho deste ano), reduz

Projeto Piloto de Investimentos (PPI)

	R\$ milhões	%
Setor transporte	2.568	78
Adequação/construção de rodovias	1.165	35
Recuperação de rodovias	909	27
Ferrovias	167	5
Estudos e projetos	166	5
Portos	161	5
Demais setores	739	22
Metrô e transporte coletivo	375	11
Modernização da receita do Brasil	248	7
Perímetros de irrigação	58	2
Estudos de prospecção de petróleo e gás natural	45	1
Meteorologia	13	0
Total	3.307	100

Recursos regionalizados no Orçamento	
Orçamento fiscal e seguridade social (PLO - 2006)	
Região	R\$ milhões
Norte	457,9
Nordeste	1.851,0
Sudeste	814,5
Sul	625,1
Centro-Oeste	468,1
TOTAL	4.216,6

bastante a capacidade do governo investir recursos fiscais e da seguridade social.

A construção de novos trechos rodoviários e a recuperação da malha federal devem receber boa parte desses recursos (R\$ 3,56 bilhões, pelos números

divulgados pelo Ministério do Planejamento). Entre as outras prioridades de investimento em infra-estrutura, constam as obras de revitalização do rio São Francisco e sua interligação com bacias do Nordeste, com orçamento de R\$ 1,1 bilhão.

Com crescimento, reserva ajuda planos do governo

O governo aposta em significativa recuperação da economia neste segundo semestre e torce por desempenho acima dos 4,5% projetados na LDO de 2006, para melhorar a sua receita tributária e acomodar as pressões em ano eleitoral. Para tanto, a válvula de escape é a reserva específica para extrapolar o teto de 16% do PIB para as receitas administradas pelo fisco.

A reserva será constituída, por enquanto, por R\$ 4,4 bilhões. Desse montante, R\$ 1,5 bilhão vai para o reajuste dos militares e dos servidores civis e R\$ 1,2 bilhão para amenizar o déficit crescente da Previdência Social, que deve atingir R\$ 39 bilhões em 2006. O restante deve ser dividido entre novas medidas de desoneração

tributária (R\$ 1,12 bilhão) e investimentos (R\$ 602,2 milhões). Mas poderá ser reforçada no Congresso, quando a receita for reestimada.

O relator do Orçamento, deputado Carlito Merres (PT-SC), já sinalizou a intenção de conceder um reajuste do salário mínimo acima dos R\$ 321 projetados na proposta orçamentária, com base na regra da LDO de repor a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), além da variação do PIB *per capita* estimado este ano.

Os gastos sociais continuam a ser prioridade do governo, que deve desembolsar R\$ 8,32 bilhões com o Bolsa-Família e atender 11,2 milhões de famílias até o fim de 2006.

MP do Bem é retirada da pauta do Plenário da Câmara

Depois da derrota na votação da Medida Provisória 252/05 (MP do Bem), que impôs perda de mais de R\$ 2 bilhões para a União, o governo preferiu não arriscar e apoiou requerimento do PSDB para retirar a MP da pauta do Plenário da Câmara, na etapa de votação dos destaques ao relatório do deputado Custódio Mattos (PSDB-MG).

O requerimento buscava um acordo de procedimentos entre

os partidos para limpar a pauta e apressar o exame dos projetos de reforma política e eleitoral. Mas serviu para o governo evitar o exame da emenda do deputado Francisco Dornelles (PP-RJ) que cria embaraços à Fazenda Nacional ao fixar prazo de 30 dias para que os procuradores ofereçam interposição de recurso às decisões do Conselho de Contribuintes contrárias ao fisco.

REFERENDO

Fecomércio debate proibição de armas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou na segunda-feira, em São Paulo, de seminário organizado pela Federação do Comércio de São Paulo (Fecomércio) sobre o referendo, que os eleitores decidirão a favor ou contra a comercialização de armas de fogo e munições. Participaram também o deputado e ex-governador de São Paulo Luiz Antonio Fleury (PTB-SP), o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) e o ex-senador

Hugo Napoleão.

De acordo com Renan, dados da Unesco, do Ministério da Saúde e da Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo informam que o país tem apenas 2,78% da população mundial, mas registram 10% a 13% dos crimes anualmente cometidos em todo o mundo. Aqui morrem mais pessoas assassinadas por arma de fogo do que em acidentes de trânsito e por Aids, disse. – É a terceira causa de mortes

no Brasil. É a maior entre os jovens no Sudeste – afirmou, enfatizando que controlar a venda e dificultar o uso e o porte de armas de fogo reduz a criminalidade, como ocorreu em Botsuana.

Fleury discordou de Renan quanto à confiabilidade das estatísticas apresentadas, especialmente em relação ao número de armas ilegais. As 400 mil armas arrecadadas pela campanha do desarmamento representariam apenas 3% do universo de armas ilegais, comentou.

Som da Paz em Brasília defende voto "sim"

Na quinta-feira, no Salão Azul do Senado, o evento Som da Paz reuniu representantes de organizações que lutam pelo voto "sim" no referendo. O compositor Rênio Quintas e a cantora Célia Porto apresentaram a música *Diga Sim*, composta para o movimento.



Ex-senador Hugo Napoleão (E), deputado Luiz Antonio Fleury e senador Renan Calheiros participam do evento em São Paulo

Disputa pelo voto chega à Internet

A Frente Parlamentar Brasil Sem Armas e a Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa já têm seus sites na Internet.

A frente a favor da proibição da venda de armas registrou o endereço www.referendosim.com.br. Seus integrantes entendem que a segurança pública é dever do Estado e que a venda

de armas de fogo só aumenta a violência. Já os que defendem o porte de armas criaram o www.votonao.com.br. Para eles, o cidadão tem o direito de ter uma arma para defender o patrimônio e a família: "Nunca abra mão de um direito já conquistado. O referendo do dia 23 de outubro é uma boa oportunidade para você

dizer não, sem culpa".

A Brasil Sem Armas, por sua vez, informa: "No Brasil, duas crianças entre zero e 14 anos são feridas por tiros acidentais todos os dias. Os pais guardam armas para defender suas famílias, mas os próprios filhos acabam por encontrá-las, provocando-se, assim, trágicos acidentes".

TSE define regras para a campanha

Os recursos para a campanha das frentes pró e contra a comercialização de armas de fogo só poderão ser arrecadados mediante identificação da origem da doação e posterior registro na prestação de contas. Os recursos incluem doações de pessoas físicas e jurídicas em espécie, cheque, título de crédito, bens e serviços estimáveis em dinheiro e receita decorrente da comercialização de bens ou serviços. É o que determina a Resolução 22.041 do Tribunal Superior Eleitoral.

Doações acima de R\$ 100 deverão ser feitas via cheques cruzados e nominais, ou por outro meio que permita a identificação do doador perante a instituição bancária, inclusive pelo CPF ou CNPJ.

Para valor inferior a R\$ 100, só é preciso preencher guia de depósito com a identificação do doador. As frentes devem ter conta bancária específica.

A Frente Parlamentar Brasil Sem Armas já pode receber doações de empresas e pessoas físicas. O presidente da frente e do Senado, Renan Calheiros, e o deputado Raul Jungmann (PPS-PE) abriram, na quarta-feira, na agência 2636-0, do Banco do Brasil, a conta nº 11010-8, que receberá doações entre os dias 1º e 20 de setembro.

Jungmann explicou que a legislação limita as doações a 10% do faturamento bruto das empresas no ano anterior, e a 10% do salário ou renda das pessoas físicas.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu na quinta-feira o presidente da Federação das Associações Comerciais de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, com quem conversou sobre a chamada MP do Bem. "O limite de faturamento anual para que a empresa seja enquadrada no Simples não é corrigido desde a sua criação, há dez anos. A Câmara fez a correção à revelia da Receita e tenho certeza que o Senado vai confirmar, porque é importante para a própria arrecadação", afirmou Afif Domingos.

Curta

INTERCÂMBIO - O 5º Seminário Internacional sobre Gestão de Perdas, Eficiência Energética e Proteção da Receita no Setor Elétrico (Ciertec), realizado em Maceió, contou com a presença do presidente do Senado, Renan Calheiros, na última segunda-feira. O objetivo do seminário é promover o intercâmbio entre as empresas para que elas debatam soluções para seus problemas. "É importante discutir formas de evitar a perda de energia, para aprimorar o fornecimento e propiciar o aumento de competitividade das empresas", disse Renan.

CPIs



Ao lado de Crivella (D), embaixador Gomes Pereira diz que família terá reparação após o processo criminal

Ingleses apuram caso Jean até 2006

O resultado das investigações da comissão independente formada pelo governo britânico para apurar as circunstâncias do assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes deverá ser apresentado em audiência pública marcada para fevereiro de 2006. A informação foi prestada à CPI da Emigração Ilegal, na terça-feira, pelo embaixador Manoel Gomes Pereira, líder de comitiva enviada a Londres pelo governo brasileiro para acompanhar denúncias em torno do crime cometido por policiais que investigavam suspeitos de terrorismo.

O relatório será encaminhado ao Ministério Público inglês, que decidirá sobre a abertura ou não de processo penal.

O embaixador esteve com membros da comissão inde-

pendente, autoridades policiais e representantes do MP inglês, mas todas as autoridades ouvidas foram reticentes. "O que mais se ouve é 'eu não posso falar nada'", relatou.

Os senadores pediram atenção do governo aos desdobramentos do caso, até mesmo no que se refere à indenização a ser paga à família. Manoel Gomes esclareceu que, além da antecipação feita pelo governo inglês para despesas emergenciais, a reparação definitiva só deve ser discutida no fim do processo criminal, porque estará atrelada ao grau de culpabilidade dos denunciados. Na próxima semana, ele concluirá o relatório da viagem a Londres para o governo e, a pedido do presidente da CPI, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), enviará uma cópia à comissão.

Depoimentos de prefeitos frustram o relator da CPI

O relator da CPI da Emigração Ilegal, deputado João Magno (PT-MG), decidiu pedir a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico dos prefeitos de Divino de Laranjeiras, Edson Alves de Souza; e de São Félix de Minas, Wanderley Vieira de Souza, municípios de Minas Gerais, para apurar denúncias de que eles estariam envolvidos no tráfico de brasileiros para os Estados Unidos.

Edson Alves de Souza, conhecido como Edson Bodola, admi-

tiu conhecer agenciadores, mas se negou a citar nomes e alegou estar sofrendo perseguição política. Esse também foi o motivo dado pelo prefeito de São Félix de Minas para explicar acusação de ter agenciado a entrada do brasileiro Wendel Pereira nos Estados Unidos. Wendel morreu naquele país, e a família levou mais de um mês para encontrá-lo. Wanderley também disse conhecer agenciadores, mas não quis fazer referência a nomes.

CPI da Terra ouve depoentes sobre grilagem no Amapá

O diretor-presidente do Instituto de Terras do Amapá (Terrap), Antônio Feijão, afirmou que "o maior problema do Amapá é a falta de domínio substantivo do seu espaço econômico", já que cerca de 65% do estado estão reservados para preservação ambiental ou para as sociedades indígenas. A declaração foi feita na segunda-feira em audiência pública da CPI da Terra para esclarecer acusações de grilagem (apropriação indevida de áreas públicas) apresentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) do Amapá.

O relator da CPI, deputado federal João Alfredo (PT-CE), contestou as afirmações de Antônio Feijão, ressaltando que

áreas destinadas à preservação ambiental, como as reservas extrativistas, têm destinação produtiva.

A comissão ouviu também a superintendente do Incra no Amapá, Maria Cristina Rosário Almeida, que elaborou relatório em que acusa de grilagem o juiz César Augusto Scapin e o presidente da assembleia legislativa do estado, deputado Jorge Amanajás Cardoso. O relatório foi finalizado em maio deste ano, e as denúncias foram apresentadas ao Ministério Público e à Polícia Federal.

Após o depoimento, o relator João Alfredo requisitou proteção policial para Maria Cristina, uma vez que ela vem sofrendo ameaças.

COMISSÕES



Fátima: "data representa mais um incentivo para o teatro nessa etapa da vida"

Criado Dia Nacional do Teatro para a Infância

O Dia Nacional do Teatro para a Infância e a Juventude passará a ser celebrado no Brasil em 20 de março, segundo projeto de lei de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO) aprovado por unanimidade e em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

– A criação dessa data nacional voltada à cultura e às artes é importante para o desenvolvimento de nossas crianças e de nossos jovens e representa mais um incentivo para o teatro nessa etapa da vida – disse Fátima Cleide, ao agradecer a aprovação do PLS 283/04, que teve como relator o senador Aelton Freitas (PL-MG).

O dia 20 de março foi escolhido, segundo a senadora, para coincidir com o Dia Mundial do Teatro para a Infância e a Juventude, já comemorado anualmente, desde 1995, pelo Centro Brasileiro de Teatro para a Infância e a Juventude. A entidade, relatou a autora do projeto, propõe maneiras de facilitar o acesso dos mais jovens aos teatros e a criação de espaços com essa finalidade.

Conscientização sobre a doença de Alzheimer

Igualmente por unanimidade e em decisão terminativa, foi aprovado pela CE o PLS 255/05, do senador Tião Viana (PT-AC), que institui em 21 de setembro o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer, que pretende alertar a população brasileira sobre a importância da participação de familiares e amigos nos cuidados dispensados aos portadores da doença.

Em seu voto favorável ao projeto, o relator da matéria, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), lembra que, além do sofrimento e das dificuldades enfrentadas pelos portadores da doença, estes ainda ficam muitas vezes isolados "pela desinformação e pelo preconceito".

Outra data aprovada foi a de 3 de dezembro, quando será celebrado o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. O projeto de lei ainda vai ao Plenário. O PLC 63/05 teve como relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Obteve igualmente parecer favorável da CE o projeto de lei da Câmara (PLC 41/05) que denomina Rodovia Alfeo Almeida Velozo o trecho da estrada BR-376 que vai do entroncamento com a BR-163 até a cidade de Fátima do Sul (MS).

Camata: Comissão de Educação teve alta produtividade

Ao fazer balanço das atividades do colegiado, o senador Gerson Camata (PMDB-ES), presidente da Comissão de Educação (CE), destacou que foram aprovados, em agosto, mais de 120 projetos. O parlamentar admitiu que "fica um pouco irritado" quando ouve falar que os trabalhos do Senado estariam paralisados em função das atividades das diversas comissões parlamentares de inquérito.

– O Senado está funcionando normalmente e nossa comissão, além de recordista na aprovação de matérias, ainda é a que mais deu quórum no período – afirmou Camata, antes de agradecer individualmente a todos os senadores presentes na reunião.

Grupo de trabalho acelera votação de matérias na CAE

Em um esforço para reduzir o estoque de projetos à espera de deliberação, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) formará grupo de trabalho com quatro senadores para selecionar as matérias menos polêmicas e propor que sejam analisadas em reunião com debate mais ágil, mesmo com quórum reduzido. As votações serão realizadas de forma simbólica, com dispensa da verificação de presença.

A decisão traduz a preocupação dos senadores com o acúmulo de projetos na CAE, atualmente com

Cerca de 400 proposições aguardam deliberação da CAE

dificuldades para garantir presença mínima de parlamentares em suas reuniões em virtude da pressão dos compromissos dos senadores com as comissões parlamentares de inquérito dos Correios, do Mensalão e dos Bingos.

– Temos feito todo o esforço para conduzir normalmente nossos trabalhos, mas o momento é de caos total – admitiu o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), após o cancelamento, por falta de quórum, da reunião que estava agendada para terça-feira passada. A secretaria da CAE estima que, entre projetos de lei, requerimentos e outros, existam cerca de 400 proposições tramitando na comissão. Desse total, 112 já podem ser votados e 40 constavam da pauta da reunião cancelada.



Tourinho, relator do projeto, entre Zambiasi e Paim: mecanismo beneficia consumidor e operadoras

Telefones poderão ter medidor de consumo

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou, em turno suplementar e em decisão terminativa, projeto de lei do então senador Arlindo Porto que obriga as companhias telefônicas a instalarem aparelho medidor de consumo para os serviços fixo e celular (PLS 39/02), conforme substitutivo apresentado pelo relator, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

O substitutivo inclui inciso ao artigo 3º da Lei 9.472/97, que trata da organização dos serviços de telecomunicações, para determinar que o sistema de medição permitirá a verificação do consumo, independentemen-

te dos documentos de cobrança apresentados pelas operadoras. A proposta determina ainda que a instalação do medidor não será gratuita e que as empresas terão, a partir da expedição de normas técnicas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), prazo de 180 dias para se ajustarem à lei. A Anatel também definirá as punições e penalidades às empresas infratoras.

Em seu relatório, Tourinho destacou que a proposta original continha impropriedade técnica, tendo em vista que a tarifação das chamadas originadas em terminais móveis é feita por minutos, e não por meio de pulsos. Segundo

Tourinho, algumas operadoras de telefonia fixa já não utilizam o sistema de pulsos, e os contratos de concessão que deverão vigorar a partir do próximo ano determinarão a cobrança por minuto para as empresas que explorarem esse tipo de serviço.

– A adoção do mecanismo trará vantagens tanto para o consumidor, que poderá confrontar a fatura que lhe é apresentada e impugnar eventuais cobranças indevidas, quanto para as operadoras, que teriam como contestar eventuais reclamações improcedentes dos usuários, mediante a apresentação dos dados coletados pelo medidor – disse Tourinho.

Publicidade em espera pode ser banida

Empresas poderão ser proibidas de veicular publicidade enquanto o consumidor aguarda atendimento ao telefone. A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou, em decisão terminativa, o PLS 31/05, do senador licenciado João Alberto Souza (PMDB-MA), que prevê a proibição desse tipo de propaganda.

Conforme explicou o autor,

o projeto proíbe a veiculação de publicidade de bens ou serviços por telefone, quando a chamada tiver sido feita pelo consumidor, pois, segundo o senador, trata-se de prática abusiva que contribui para piorar a qualidade do atendimento por telefone.

O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), salientou que a proposta, ao alterar a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do

Consumidor), tem por objetivo pôr fim ao freqüente abuso praticado por empresas que contam com central de atendimento telefônico.

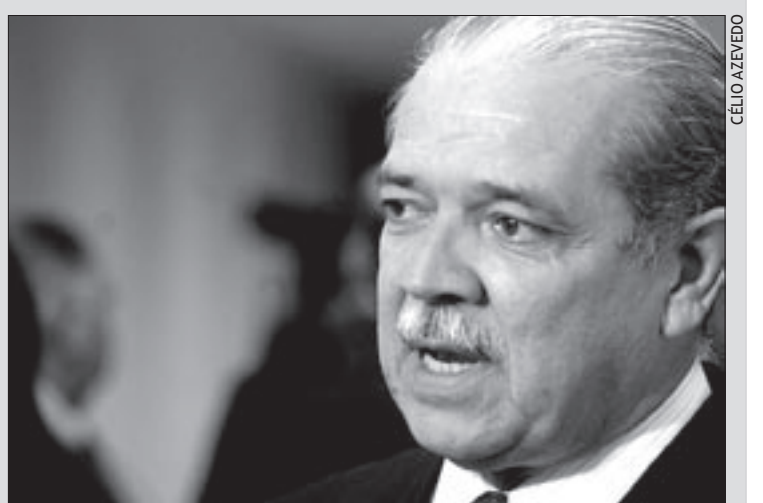
– Não se pode permitir que o tempo de espera do cliente que quer apresentar reclamação ou solicitar informações seja utilizado para aborrecê-lo com publicidade, além de incentivar a empresa a retardar o atendimento – observou Raupp.

0800 para queixas deverá ser reativado

Projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovado em decisão terminativa na mesma reunião da CMA obriga as empresas a tornarem disponível linha telefônica gratuita aos consumidores para que façam reclamações ou solicitem informações a respeito de produtos ou serviços adquiridos (PLS 219/04).

O autor lembra, na justificativa do projeto, que muitas empresas passaram a cobrar pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), após converterem suas linhas 0800, que são gratuitas ao consumidor, para o serviço 0300, cujas ligações são pagas por quem realiza a chamada.

O relator, senador César Borges (PFL-BA), salientou que, como o ônus das ligações telefônicas recai integralmente sobre o consumidor, não há incentivo para que o atendimento ocorra de forma célere e eficiente. Na opinião do relator, o alto custo das chamadas também desestimula o registro de reclamações



César Borges diz que, nas ligações 0300, o consumidor é quem paga, por isso não há incentivo para atendimento mais veloz

e a busca por esclarecimentos por parte dos adquirentes dos produtos ou serviços.

O consumidor será beneficiado também com outro projeto deliberado pela CMA, também em decisão terminativa. É o PLS 191/05, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), que considera prática abusiva a oferta ou a comercialização de produtos ou serviços pelo

mesmo preço nas vendas à vista e a prazo.

Foi aprovado ainda, na mesma reunião, o PLS 247/03, do senador Augusto Botelho (PDT-RR), que acrescenta ao Código de Defesa do Consumidor dispositivo para tornar nulas cláusulas contratuais que estabeleçam competência de foro que prejudique o consumidor.

COMISSÕES

Aprovado projeto que regula trabalho juvenil

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável ao projeto de lei do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que regula o trabalho do adolescente. A proposta (PLS 226/03) visa combater a exploração da mão-de-obra juvenil, que, muitas vezes, segundo o autor, é utilizada em substituição aos adultos, para redução dos custos da empresa.

– Esse tipo de manobra dificulta a escolarização e a profissionalização adequada dos jovens brasileiros, comprometendo o seu futuro de forma indelével. O quadro social ganha contornos ainda mais graves diante da elevada taxa de desemprego hoje existente – afirmou Gerson Camata.

O projeto, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho e o Estatuto da Criança e do Adolescente, segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais, onde receberá decisão terminativa. Pela



Romeu Tuma, entre Aelton Freitas e Flexa Ribeiro, diz que muitas empresas usam jovens como mão-de-obra barata para substituir os adultos

proposta, o turno de trabalho do menor será sempre compatível com o horário escolar, não podendo exceder quatro horas diárias nem 20 horas semanais. As férias do trabalho devem coincidir com o recesso escolar.

Limite máximo será de 20 horas semanais

A prorrogação diária do trabalho do menor será de até duas horas, mediante convenção ou acordo coletivo, mas sempre observando o máximo de 20 horas semanais.

Excepcionalmente, essa prorrogação poderá ser de, no máximo, oito horas, com acréscimo salarial de pelo menos 50% sobre a hora normal, desde que o trabalho seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Somente serão admitidos como aprendizes os menores que tiverem concluído o ensino fundamental ou possuírem conhecimentos mínimos necessários à preparação profissional e demonstrarem aptidão física e mental para o cargo.

Melhora combate à pornografia infantil

O proprietário ou funcionário de laboratório fotográfico que deixar de comunicar à autoridade competente a revelação de fotografia, de imagem com pornografia ou de cena de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente poderá ser punido com detenção de seis meses a dois anos.

A determinação, prevista em projeto de lei do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi aprovada na mesma reunião da CDH, que acatou parecer do relator, senador Reginaldo Duarte (PSDB-CE). A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde terá decisão terminativa.

O projeto acrescenta o artigo

241-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente, para, segundo Zambiasi, “criar um dever de agir cuja inobservância implica a responsabilidade criminal do responsável”.

A proposta original só previa punição para o funcionário do laboratório. A responsabilização do proprietário foi acrescentada pelo senador Reginaldo Duarte, por meio de uma emenda.

Audiência discute a crise no INSS

A CDH aprovou também requerimento para que o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Valdir Moysés Si-

mão, compareça à comissão para prestar esclarecimentos a respeito da “grave crise de atendimento” do INSS aos segurados.

De autoria dos senadores Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o requerimento tem o objetivo de ouvir as propostas do presidente da instituição para combater o problema.

– A crise no INSS se tornou um problema crônico e insustentável. Na hora em que precisam de atendimento, cidadãos que contribuíram a vida inteira têm que passar a noite em filas para conseguir uma senha para o dia seguinte – afirmou Sérgio Cabral.

Idoso poderá escolher foro para julgamento

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou, na semana passada, projeto de lei que permite ao idoso indicar um foro diferente do de seu domicílio para que seja processada e julgada ação da qual é parte. O projeto (PLS 134/05), de autoria do ex-senador Francisco Pereira, altera o Estatuto do Idoso (Lei 10.741), que determina que o foro do domicílio do idoso “terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça federal e a competência originária dos tribunais superiores”.

O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), citou artigo do professor Flávio Luiz Yarshell, constante da justificacão da proposta, para mostrar



Lobão citou jurista para provar que foro obrigatório pode ser prejudicial para o idoso

que a obrigatoriedade de a ação correr no foro do domicílio do idoso é, por vezes, prejudicial a este. O professor cita o caso em que “o local do dano é mais relevante que o domicílio do idoso para a determinação da

competência, porque facilita a colheita de provas e, portanto, o exercício das funções a serem desempenhadas pelo juiz”.

A proposição acrescenta parágrafo único ao artigo 80 do estatuto, estabelecendo que “somente por iniciativa do idoso poderá ser afastado o benefício previsto neste artigo”. Emenda apresentada pelo relator exclui do *caput* do referido artigo ações referentes a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, mantendo apenas as de interesses individuais indisponíveis. De acordo com Lobão, os primeiros “serão sempre concernentes a grupos de indivíduos e, portanto, não seria cabível admitir a determinação de competência em razão do domicílio”.

Mudança ajuda produtor com bens hipotecados

O devedor poderá ter preferência para ser nomeado depositário dos seus bens hipotecados, durante o processo de execução, quando esses forem máquinas, instrumentos e implementos agrícolas, de acordo com projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) em decisão terminativa. O objetivo do PLS 37/04, segundo justifica o autor, é garantir ao devedor a continuidade de sua atividade econômica, para que possa ter condições de saldar as dívidas contraídas.

O projeto acrescenta parágrafo único ao artigo 666 do Código de Processo Civil (CPC) para garantir o benefício. Ao apresentar parecer favorável, o relator, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), afirmou que a medida é direcionada à preservação da atividade agrícola. Garibaldi, no entanto, acrescentou uma emenda para garantir a perda do direito de preferência caso seja comprova-

do judicialmente dolo ou fraude do depositário – hipótese em que caberá ao juiz a nomeação de terceiro.

Projeto modifica discussão sobre agravos

A comissão aprovou ainda projeto de lei (PLC 72/05) da Presidência da República que também altera o CPC, estabelecendo hipótese para a conversão do agravo de instrumento em agravo retido (utilizado para atender aos casos em que não há, por qualquer motivo, interesse na revisão imediata de recurso a uma decisão do juiz no curso do processo e, assim, o tribunal só analisará o agravo após a sentença).

Já o agravo de instrumento deve ser interposto nos casos em que a sentença impugnada possa causar dano irreparável ao agravante. Assim, dada a urgência da situação, esse tipo de agravo possibilita o exame imediato, pelo tribunal competente, da decisão causadora de insatisfação do recorrente.

Audiências discutem gestão de florestas e bilhetes de loteria

Na mesma reunião, a CCJ aprovou requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) para realização de audiência pública em conjunto com as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE), em data a ser determinada, sobre o PLC 62/05, que trata da

gestão de florestas públicas para a produção sustentável.

Também foi aprovado requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para audiência pública com o superintendente nacional de Loterias e Jogos da Caixa Econômica Federal, Paulo César Campos, sobre o PLS 189/02, que identifica o apostador pelo CPF.

Proposta inclui nova norma para a quebra de fiança

A CCJ também aprovou, na semana passada, projeto de lei que modifica o Código de Processo Penal para incluir, entre as hipóteses de quebra de fiança, o comparecimento do réu a local do qual deveria manter-se afastado, conforme determinação policial ou judicial. Para o relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), a proposta do PLC 17/05 é “conveniente e oportuna”.

– Mostra-se razoável, para manutenção da ordem pública, que a autoridade policial ou judicial que conceder a fiança proíba o afofado de comparecer a determinados locais. Como decorrência lógica, o descumprimento dessa condição deve implicar a quebra de fiança, o que acarreta a perda da metade do valor dado em caução e o recolhimento do réu à prisão – afirmou Fernando Bezerra.

A matéria acrescenta essa hipótese ao artigo 328 do Decreto-Lei 3.689/41 (Código de Processo Penal). O texto em vigor já admite duas hipóteses para a quebra da fiança do réu: quando muda de residência sem prévia permissão da autoridade



Para Fernando Bezerra, proposta é oportuna para manutenção da ordem pública

processante e quando se ausenta de sua residência por mais de oito dias, sem comunicar à autoridade o local onde será encontrado.

A comissão deu parecer favorável ao PLC 82/05, que cria 166 funções comissionadas no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (Mato Grosso do Sul). A proposta apenas regulariza as funções, que, por terem sido criadas por ato administrativo, foram consideradas irregulares pelo Tribunal de Contas da União.

COMISSÕES



CÉLIO AZEVEDO

Chanceler Amorim (D), ao lado do presidente da CRE, Cristovam Buarque: imprensa internacional elogia política externa brasileira

Celso Amorim defende política externa de Lula

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recorreu ao contraste entre manchetes na imprensa internacional e em jornais brasileiros para defender a política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ele citou artigo publicado na revista britânica *The Economist*, sob o título "Um gigante se levanta", elogiando a política externa brasileira, em contraste com as críticas dirigidas à realização do Encontro de Cúpula Países Árabes-América do Sul, neste ano, e a reaproxima-

ção com a África. Ele recordou a recente venda pelo Brasil de 15 aviões para a Arábia Saudita e de 700 ônibus para o Quatar.

– Dizem que a nossa política externa é ideológica, mas ideológico é quem acha que não é bom vender para países árabes, e sim apenas para os Estados Unidos e a União Européia – contestou Amorim.

O ministro citou números dos primeiros seis meses deste ano para demonstrar os progressos obtidos a partir de uma maior aproximação com países em desenvolvimento.

Para Azeredo, supremacia no continente deve ser "natural"

Ao questionar a atual política externa durante a reunião da CRE, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o Brasil não deve buscar uma "supremacia forçada" no continente, para não provocar antipatias em relação ao país a partir de nações como a Argentina.

– A liderança do Brasil deve ser natural – recomendou Azeredo, vice-presidente da comissão.

Em resposta, o ministro Celso Amorim disse que a única

divergência com a Argentina – ocorrida, a seu ver, "por razões históricas" – refere-se à questão da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no qual o Brasil reivindica um assento permanente.

Outros senadores da oposição criticaram pontos da política externa do governo, embora sempre ressaltando a qualidade dos quadros do Itamaraty, como Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e José Agripino (PFL-RN).

Livre residência no Mercosul pode ser ampliada

O direito à livre residência permanente, já em vigor entre os integrantes plenos do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai –, será estendido aos cidadãos da Bolívia e do Chile, países associados ao bloco. A medida está prevista em acordo internacional aprovado pela CRE, por meio de projeto de decreto legislativo (PDL 355/05) que teve como relator o senador Pedro Simon (PMDB-RS) e será submetido ao Plenário.

Situação das Forças Armadas merecerá atenção especial

A situação das Forças Armadas brasileiras poderá ser acompanhada de perto por uma subcomissão ligada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A idéia surgiu durante a discussão do projeto de lei da Câmara (PLC 74/05) que autoriza o Poder Executivo a doar seis aviões militares para a Bolívia e outros seis ao Paraguai – todos com mais de 30 anos de uso. A proposta recebeu parecer favorável e será analisada em Plenário.

Solidariedade a jornalista presa nos EUA

A CRE decidiu, na mesma reunião, enviar voto de solidariedade à jornalista norte-americana Judith Miller, do jornal *The New York Times*, presa nos Estados Unidos por se recusar a declarar à Justiça quem havia revelado a identidade de uma agente da

Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana.

– Foi uma atitude de coragem da jornalista em favor da liberdade de imprensa – destacou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), relator do requerimento, apresentado por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Controle de mototáxi pode se tornar nacional

O Conselho Nacional de Trânsito (Contran) poderá ter a tarefa de regular o transporte de passageiros e cargas por motocicletas e veículos similares. Substitutivo a projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa.

Segundo a autora do PLS 353/03, o uso de motocicletas para transportar pessoas multiplicou-se nas cidades brasileiras e a atividade é regulamentada pelas prefeituras municipais ou exercida de forma clandestina.

– A intenção é retirar a responsabilidade do âmbito das prefeituras, que são pressionadas por taxistas, mototaxistas e empresas de transporte público. Essas pressões nem sempre atendem de forma eficaz ao consumidor – assinalou Fátima Cleide.

A proposta, explicou a senadora, além de permitir que motos realizem o serviço de transporte público de passageiros, determina que o Contran defina os veículos que podem ser usados.

O relatório do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lido pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR), destaca que a proposta visa preencher lacuna deixada pelo

Poder Executivo em relação à fixação das condições técnicas e de segurança no transporte urbano por meio de motocicletas. Augusto Botelho disse que o projeto apresenta uma preocupação social, ao determinar que o Contran regule a atividade de motobó, que ele definiu como "grave e necessária".

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), autor de projeto (PLS 108/04) que tramitou em conjunto com o de Fátima Cleide, lembrou que centenas de milhares de brasileiros trabalham como motobóis e que a indústria de motocicletas está "a pleno vapor".

Doentes de hepatite ganham apoio

Ao final de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater projetos que tratam sobre hepatite, o senador e médico Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que dará parecer favorável à aprovação do projeto da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o PLS 330/04, que garante aos portadores das formas crônicas de hepatite B ou C os mesmos benefícios concedidos aos portadores de Aids (Lei 7.670/88), inclusive aposentadoria.

Papaléo também anunciou parecer favorável ao projeto da ex-deputada Mariângela Duarte (PT-SP) que propõe atenção integral do Sistema Único de Saúde (SUS) aos portadores de hepatite. Essa proposta tramita na CAS, onde receberá decisão terminativa.

– São dois projetos importantes que vão estabelecer normas e diretrizes para oferecer a assistência necessária aos porta-



J. FREITAS

Papaléo Paes (E) anuncia apoio a projetos. Carlos Varaldo (D), do Grupo Otimismo, diz que 6 milhões são portadores da doença

dores de hepatopatias graves – declarou Papaléo Paes.

Na audiência pública, o presidente do Grupo Otimismo – de apoio aos portadores de hepatite C –, Carlos Varaldo, afirmou que existem 6 milhões de brasileiros afetados pelas hepatites dos tipos B e C, número dez vezes maior do que o de portadores de Aids no país. Menos de 5% das pessoas infectadas pelo vírus sa-

bem de sua condição, ressaltou Carlos Varaldo.

A coordenadora do Programa Nacional de Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Gersa Maria Figueiredo, afirmou que uma das ações mais importantes, no momento, para a prevenção das hepatites é a vacinação da população adolescente. Segundo ela, essa é a faixa da população mais vulnerável.

Grupo discute contrapartidas para pneus usados

O grupo de trabalho formado para discutir o projeto de lei (PLS 216/03) que, entre outros itens, exige contrapartidas ambientais das empresas que comercializam pneus usados, realizou sua primeira reunião na semana passada, em sessão conjunta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Foi divulgado na reunião um cronograma de atividades que permite a apresentação de sugestões até o dia 16. O projeto de lei, de autoria do senador Flávio Arns (PT-PR), toca em questões – e disputas – comerciais e ambientais.

Especialista alerta para risco de racionamento de energia elétrica

O presidente da Câmara Brasileira dos Investidores de Energia Elétrica (CBIEE), Cláudio Salles, defendeu, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), redução dos impostos cobrados no setor elétrico e também mais investimentos na geração de energia, sob pena de haver racionamento no futuro. De acordo com Cláudio Salles, nos últimos 30 meses não houve

nenhum investimento de grande porte na produção de energia.

– Estamos correndo contra o relógio. Há risco de falta de energia a partir de 2009. Mesmo um crescimento econômico em patamares baixos tem risco de sofrer um freio mais grave, que pode ser a falta de energia pela falta de novos investimentos. Faltam projetos no ritmo necessário para o crescimento – advertiu.

Educação Tutorial pede apoio a Camata para sua regulamentação

O presidente da Comissão de Educação, senador Gerson Camata (PMDB-ES), recebeu os professores Dante Barone, presidente da Comissão Executiva Nacional do Programa de Educação Tutorial, e Nilda Diniz, responsável pela comissão na região Centro-Oeste. Eles pediram ao senador apoio na luta pela regulamentação e financiamento do Programa de Educação Tutorial (PET).

o PET é fundamental por ser o único programa no país que faz uma formação integral de ensino, pesquisa e extensão para 3.500 alunos, atingindo mais de 20 mil pessoas por ano em várias atividades sociais – ressaltou Barone, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Após 26 anos existindo por meio de portarias, medida provisória consolidou, este ano, a regulamentação do PET.

– Para a academia brasileira,

PLENÁRIO



Substitutivo à PEC do Fundef ainda precisa de um segundo turno de votação no Plenário

Plenário prorroga o Fundef até 2016

O Plenário aprovou, em primeiro turno, com 57 votos favoráveis, e nenhum contrário e nenhuma abstenção, a proposta de emenda à Constituição (PEC 29/02) que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) por mais dez anos, portanto, até 2016. O substitutivo do senador José Jorge (PFL-PE) deve ir a votação em segundo turno nesta semana.

O fundo foi implantado em 1998 e seu prazo de vigência ter-

minaria em 2006. Por essa razão, José Jorge defendeu a aprovação da PEC imediatamente, independentemente da discussão sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), que se encontra na Câmara dos Deputados.

Minutos antes, o senador e líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), defendeu o adiamento da votação da matéria, argumentando justamente que ambas as proposições poderiam tramitar em conjunto na Câmara.

Embora reconhecendo que a PEC do Fundeb é mais abrangente

que a do Fundef, e que o prazo para a tramitação da proposta ora em discussão é curto para exame ainda em 2005, José Jorge conseguiu apoio para o exame da matéria. O senador Mercadante mudou de opinião e garantiu o quórum para a votação.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Rodolpho Tourinho (PFL-BA), Heloísa Helena (PSOL-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Alberto Silva (PMDB-PI), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defenderam a justificação apresentada por José Jorge.

"Carrinhata" pede inclusão de creche no Fundeb

Entidades ligadas à defesa da infância e da educação promoveram uma "carrinhata de bebês" no Congresso Nacional, como forma de reivindicar a inclusão das creches no Fundeb. O projeto prevê atendimento pré-escolar apenas dos quatro aos seis anos.

O ato reuniu 50 crianças e 250 manifestantes e teve a participação das senadoras Patrícia Saboya (sem partido-CE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Fátima Cleide (PT-RO) e Serys Shlessarenko (PT-MT), integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se comprometeu a ajudar a Frente a sensibilizar senadores e deputados.

– Esse é um direito humano fundamental para a infância. O Fundeb comete uma injustiça em relação à fase em que a criança mais necessita de atenção – afirmou Patrícia Saboya.

Heloísa Helena disse que o

governo "não apresentou a sensibilidade e o compromisso necessários com as crianças de faixa etária mais difícil, mais especial e mais preciosa".

Para Serys, o governo tem de garantir vagas nas creches às crianças até três anos. Já Fátima Cleide ressaltou que a sociedade precisa se manter mobilizada para assegurar o funcionamento das creches e a presença da mulher no mercado de trabalho.

Na avaliação de Ana Júlia, o ato serviu para sensibilizar o Ministério da Fazenda. "O futuro deste país está acima de qualquer meta fiscal. E o futuro se constrói agora, com a garantia de oferecimento das creches", concluiu.

Para Valdir Raupp (PMDB-RO), a medida beneficiaria em especial as famílias mais carentes, que "passam a dispor de educação e socialização desde muito pequenos". Paulo Paim (PT-RS) também defendeu a modificação e pediu aos deputados que acelerem a votação da proposta.

Emenda dá licença para mãe e pai adotantes

O Plenário aprovou em primeiro turno a proposta de emenda à Constituição (PEC 31/00) da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que estende o benefício da licença-maternidade às mães que adotarem crianças, com emenda do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que garante a licença também ao pai adotivo.

Demostenes Torres (PFL-GO), Ney Suassuna (PMDB-PB), Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Sibá Machado (PT-AC), Geraldo Mesquita (PSOL-AC), Magno Malta (PL-ES), José Jorge (PFL-PE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), João Capiberibe (PSB-AP), José Agripino (PFL-RN) e o presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiaram a aprovação.

Quatro acordos internacionais

Quatro projetos de decreto legislativo relativos a acordos internacionais realizados pelo Brasil foram acolhidos pelo Plenário e serão enviados à promulgação. Os PDLs 357/05 e 371/05 estabelecem isenção parcial de vistos entre o Brasil, a Bulgária e a República Tcheca, respectivamente. O PDL 367/05 aprova acordo sobre dispensa de tradução para documentos de imigração do Mercosul. Já o PDL 369/05 estabelece a Cooperação nos Setores de Pesca e da Aqüicultura entre Brasil e Cuba.

Três novos embaixadores

O diplomata Luciano Osório Rosa teve seu nome aprovado pelo Plenário para o cargo de embaixador na Líbia e em Malta. Na mesma sessão, também foram acolhidas as indicações presidenciais de Luís Sérgio Gama Figueira (embaixador na Finlândia e, cumulativamente, junto à Estônia) e Isnar Penha Brasil Júnior (Arábia Saudita, Omã e Iêmen).

A votação para embaixadores é secreta, sendo necessária maioria simples dos votos, com a presença de pelo menos 41 senadores.

Aprovada emenda que eleva aposentadoria compulsória

Com 57 votos favoráveis, o Plenário do Senado aprovou, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição (PEC 42/03) que aumenta de 70 para 75 anos a idade máxima para o exercício no serviço público e, portanto, da aposentadoria compulsória, na forma de lei complementar. Todos os partidos encaminharão votação a favor da proposta. A PEC, cujo primeiro signatário é o senador Pedro Simon (PMDB-RS), segue agora para a Câmara dos Deputados, onde também passará por dois turnos de votação. Se aprovada,

vai à promulgação.

No caso dos ministros dos tribunais superiores, a alteração na idade da aposentadoria compulsória, para os titulares desses cargos, passa a vigorar automaticamente na data da publicação da emenda constitucional. Também ficou decidido que, ao completar 70 anos, esses ministros deverão passar novamente pela sabatina no Senado, exigida pela Constituição para esses cargos. Os demais servidores públicos terão de esperar a publicação da lei complementar para usufruir do mesmo benefício.

Congresso derruba vetos a reajuste dos seus servidores

O Congresso Nacional derrubou os vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos projetos que concedem aumento de 15% aos servidores do Senado (PLS 371/04) e da Câmara (PLC 105).

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), informou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal contra o reajuste.

O 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), afirmou que há recursos no Senado para pagar o aumento aos seus servidores, o que torna os projetos, segundo ele, constitucionais.

Folhas de saúde, segurança e educação de RO pagas pela União

Várias classes de servidores públicos civis do ex-território federal de Rondônia, como policiais civis e profissionais das áreas de educação e saúde, vão passar a ter seus salários pagos pelo Executivo federal. É o resultado da aprovação, por 60 votos a 1, de proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03), de autoria da senadora Fátima Cleide (PT-RO).

Fátima argumenta que benefício semelhante já foi concedido a servidores dos estados do Amapá e de Roraima, e, por essa razão, a aprovação da emenda seria apenas questão de isonomia.

Normas antiterrorismo no continente são aprovadas

Foi aprovado em Plenário projeto de decreto legislativo (PDL 373/05) contendo o texto da Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002.

Conforme mensagem do Executivo enviada ao Congresso, o intuito do acordo é dotar o sistema interamericano de uma estrutura jurídico-institucional que oriente ações concertadas no combate ao terrorismo, em respeito aos direitos humanos e às instituições democráticas.

Segundo o relator Romeu



Romeu Tuma

Tuma (PFL-SP), a convenção não define precisamente o crime de terrorismo, por causa de conflitos entre os sistemas de direito vigentes no mundo. Porém, apesar dessa dificuldade, determinou vários delitos que podem

ser tipificados como crime de terrorismo, como o seqüestro de aviões e navios, o assassinato de pessoa que goze de proteção internacional, a posse de material nuclear, a tentativa de controle de plataformas de extração de petróleo e a colocação de bombas em locais públicos.

Convenção de 1997 sobre vegetais é ratificada

Em regime de urgência, o Plenário acolheu projeto de decreto legislativo (PDL 345/05) que aprova o texto da Convenção Internacional para a Proteção de Vegetais, celebrado na 29ª Conferência da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas, em 17 de novembro de 1997.

A urgência da tramitação foi requerida pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Ele argumentou que o Brasil vai participar de conferência internacional sobre o tema e poderia perder os benefícios propiciados pelo acordo, caso não fosse aprovado pelo Senado. A matéria vai à promulgação.

ANAC Nova autarquia terá a missão de corrigir problemas do setor; criação resultou de acordo entre líderes

Lei que regula aviação civil vai à sanção



O primeiro passo para corrigir os problemas enfrentados pela aviação civil no país, como excesso de burocracia, necessidade de modernização

do setor, ampliação da segurança de voo, congestionamento aéreo, guerra tarifária e crises financeiras de empresas, foi dado na semana passada com a aprovação do projeto de lei (PLC 62/04) que cria a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Para não adiar a decisão sobre a proposta, foi firmado acordo entre governo e oposição para que o texto da Câmara fosse aprovado na íntegra. Agora, caberá ao presidente da República sancionar o texto, vetando os artigos sobre os quais não houve acordo no Senado. Será também editada uma medida provisória para corrigir o plano de carreira da nova agência reguladora, de forma a adequá-lo a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que prevê um quadro de funcionários estatutários e não celetistas, conforme está no texto aprovado.

O relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Heráclito Fortes (PFL-PI), comemorou a decisão, que segundo ele vai ajudar a enfrentar problemas que “estão merecendo cuidados especiais da nação”.

– Hoje vemos a crise da Varig, que acontece em parte por problemas na própria empresa, mas também pela burocracia que envolve a aviação civil em nosso



Saguão do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo: solução para congestionamento aéreo caberá à nova autarquia

país – afirmou o senador. Para Heráclito, problemas como este deixam milhares de funcionários na incerteza, dependendo

de negociações que muitas vezes não acontecem e protelam a solução dos problemas.

Com a aprovação da Anac pelo Congresso, o governo quer garantir orçamento para a nova agência em 2006 e também adotar logo

medidas que permitam aprimorar o sistema de certificação e homologação de aeronaves, para a concessão de um selo de qualidade.

Esta questão contou com o apoio de senadores da oposição, como José Agripino (PFL-RN), que reforçou a importância do selo, um dos itens exigidos por países que importam aviões brasileiros.

Hoje, cabe ao Centro Tecnológico da Aeronáutica fiscalizar o controle de qualidade das aeronaves no país, mas há queixas quanto à falta de recursos humanos para esse trabalho.

– A Anac cumprirá bem o seu papel; a idéia está amadurecida e é apropriada para o momento – defendeu Agripino, lembrando que o Brasil conta com a terceira maior indústria de aviação civil do mundo.

A Anac será uma autarquia, com sede no Distrito Federal. A sua localização desagradou a alguns senadores, como Roberto Saturnino (PT-RJ), que defendiam a escolha do Rio de Janeiro, onde funciona hoje o Departamento da Aviação Civil (DAC). A opção por Brasília chegou a gerar atritos entre Saturnino e o senador Paulo Octávio (PFL-DF), que depois foram contornados.

– Caso não ocorra uma mudança, vai-se repetir a situação da Agência Nacional do Petróleo, que tem sede em Brasília, mas funciona de fato no Rio de Janeiro, e também da Agência Nacional do Cinema – prevê Saturnino.

Agência não vai tirar poder da Aeronáutica

O projeto de lei do Executivo que cria a Anac foi encaminhado ao Congresso Nacional ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, mas ficou parado na Câmara dos Deputados, diante de pressões contrárias à sua aprovação. No ano passado, a proposta começou a ser discutida no Senado, onde também foi recebida com reservas.

– Pensava-se que iríamos tirar poderes

da Aeronáutica, quando na realidade a idéia era fortalecer o setor aeronáutico no que diz respeito à defesa do espaço aéreo e à segurança nacional – lembra o senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

As resistências foram diminuindo ao longo das discussões nas três comissões que apreciaram a proposta.

– A implantação da agência é condição básica para acabarmos com a burocracia, não por culpa da Aeronáutica, mas do próprio Estado brasileiro; com o contingenciamento de verbas; com a hierarquização e com a rotatividade dos comandantes – afirmou o senador.

Heráclito rebate as críticas ao desempenho das agências reguladoras já criadas, e garante que todas elas “estão melhor que no



Para Heráclito Fortes, projeto irá fortalecer a defesa do espaço aéreo

passado”, mas admite que “precisam de aperfeiçoamento”.

O presidente da Frente Parlamentar de Defesa da Indústria da Aviação Civil, deputado Marcelo Ortiz (PV-SP), apóia a criação da nova agência, mas alerta para a necessidade de investimentos na Anac. “Se não dermos esse respaldo teremos mais um organismo que vai funcionar como rainha da Inglaterra”, avaliou o deputado.

Ortiz disse que o setor passa hoje “por um total descontrole” citando a guerra tarifária que faz com que o usuário não fique sabendo quanto vai pagar por uma viagem.

“Você viaja ao lado de uma pessoa para o mesmo destino, mas ela pagou R\$ 300 e você R\$ 500 pelas passagens. Isso é um absurdo”, criou Ortiz.

Alguns dispositivos podem ser vetados

Como parte do acordo firmado com o governo para a apressar a criação da Anac, são esperados alguns vetos que já foram discutidos com o Palácio do Planalto. Um deles envolve o dispositivo que estabelece até cinco anos para que os militares que atuam no Departamento Nacional de Aviação Civil (DAC) possam ser substituídos por civis.

Este prazo foi considerado insuficiente pelos especialistas do setor e também nas comissões do Senado que discutiram o projeto aprovado na Câmara.

O acordo também prevê veto a dispositivos que ampliam a vigência das concessões já exercidas pelas empresas aéreas atuais e a suspensão do

poder dos órgãos de regulação econômica sobre o setor, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). As duas reivindicações foram propostas pelas companhias aéreas.

Um outro projeto ainda em fase de discussão na Câmara dos Deputados vai estabelecer regras para o funcionamento da Anac e das demais agências reguladoras. Trata-se do PL 3.337/04, que tem como relator o deputado Leonardo Piciani (PMDB-RJ).

De acordo com a proposta, o controle externo das agências será exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), verificando-se a compatibili-

dade das ações adotadas pela agência com a política definida para o setor regulado.

Para garantir maior transparência e controle social, o contrato de gestão e de desempenho das agências deverá permanecer na Internet pelo prazo mínimo de quatro anos. O contrato deve conter cláusulas obrigatórias, como a especificação das metas operacionais.

O projeto, que ainda deverá ser discutido no Senado, estabelece, ainda, que os processos de revisão de tarifas deverão ser objeto de consulta pública.

Os diretores das agências reguladoras terão um mandato de quatro anos, como também os ouvidores.

Aviação civil no Brasil

Empresas do setor: 5 mil

Empregos gerados (diretos e indiretos): 1 milhão

Faturamento: US\$ 14 bi a US\$ 16 bi/ano

- 5º maior mercado aeroespacial do mundo
- 2º maior frota de aviação geral
- 2º maior frota de helicópteros
 - 2ª maior frota de aeronaves agrícolas
 - 2ª maior frota de aeronaves executivas
 - 3º maior comprador de jatos executivos
- 3º maior fabricante de aeronaves
- 2ª maior infra-estrutura aeroportuária
 - 1.915 aeroportos homologados
 - 60 mil pilotos
 - 225 mil aerodesportistas



O estado de São Paulo é o maior centro de negócios aeronáuticos da América Latina, concentrando 56% do setor

Fonte: 1º Fórum Brasileiro para o Desenvolvimento da Aviação Civil (2005)

PLENÁRIO



Plenário e galerias foram ocupados por dezenas de anistiados com o fim da ditadura militar

Senado comemora 26 anos da Lei da Anistia

O Senado realizou na segunda-feira uma sessão especial em comemoração aos 26 anos da Lei da Anistia, completados dia 28 de agosto. Muitos anistiados estiveram presentes, ocupando as galerias e lugares do Plenário. A Lei da Anistia (6.683/79) permitiu a libertação de presos políticos e autorizou o retorno de brasileiros exilados no exterior. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento para realização da sessão, relembrou a repressão da ditadura militar e o contexto em

que a lei foi aprovada.

O senador Paulo Paim (PT-RS) leu a carta intitulada "Amarga espera – atingidos em 1964, esperamos lutando", que traz um pequeno resumo das lutas pela anistia desde 1978 e cobra resultados mais rápidos no processo de indenizações.

Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que a Lei 10.559/02, que assegurou as indenizações às vítimas da ditadura, ou a seus familiares, foi aprovada quando ele era o presidente da Casa, atendendo aos apelos das famí-

lias "daqueles que lutaram pela redemocratização".

Para Sibá Machado (PT-AC), a anistia foi como um "pedido de desculpas" do Estado àqueles que ousaram sonhar e pensar de maneira diferente das autoridades à frente do poder durante o regime militar. Heráclito Fortes (PFL-PI) enfatizou que o povo brasileiro deu uma lição de amadurecimento ao mundo, quando se uniu pela anistia. João Capiberibe (PSB-AP) disse que o Brasil deve iniciar agora a luta pela inclusão econômica de todos os seus cidadãos.

Bornhausen rejeita ida de traficante para SC

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) protestou da tribuna contra a intenção do governo federal de transferir o criminoso Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, para uma cela da Polícia Federal em Florianópolis, conforme noticiou o jornal *Diário Catarinense*. De acordo com a notícia, a PF está gastando R\$ 35 mil para reformar e aumentar a segurança das celas da sede da polícia, localizada numa avenida muito procurada por turistas.

– O governo federal não pode continuar tratando Santa Catarina desse jeito. Primeiro, são os recursos para obras no estado sem liberação, como foi o caso da duplicação da BR-101, entre Palhoça e a divisa do Rio Grande do Sul. Agora, essa possível transferência de um bandido que nunca teve nada a ver com Santa Catarina – disse.

Bornhausen fez um apelo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que a transferência não seja concretizada.

Osmar Dias celebra novo modelo de escola

O senador Osmar Dias (PDT-PR) elogiou um novo modelo de escola que será implementado no ensino fundamental de Foz do Iguaçu (PR) pelo prefeito Paulo MacDonald Ghisi. Ele disse que a idéia "revolucionária" é inspirada nos ensinamentos do líder pedetista Leonel Brizola.

A nova escola funcionará em horário integral e se baseará em três fases: na primeira, informou o senador, os alunos aprenderão "a linguagem dos homens", na qual não será ensinada apenas leitura e escrita, mas a própria técnica de comunicação; em um segundo momento, "a linguagem das ciências e da matemática"; na terceira fase, "a linguagem das novas tecnologias".



Osmar Dias

Paim alerta para envelhecimento da população

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a adoção de políticas públicas para que o Brasil se ajuste à nova realidade decorrente do processo irreversível de envelhecimento da população. Ele citou pesquisa da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul sobre a mudança no perfil etário

da população gaúcha, assinada pela especialista Maria de Lourdes Teixeira Jardim.

Entre as sugestões do senador estão programas de melhoria da qualidade de vida dos idosos, inserção do tema nos currículos do ensino superior e implantação de cuidados especiais que facilitem a vida dos idosos nas

ruas, em casa e na sociedade.

O Estatuto do Idoso, originário de projeto de sua autoria, estabelece, entre outras medidas, que a prevenção e a manutenção da saúde seja feita em unidades geriátricas e que seja vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados.

Mozarildo apela ao STF e à Casa Civil por transferência de terras

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) qualificou o governo federal de incoerente por já ter editado três decretos mas ainda não ter resolvido a transferência para o governo de Roraima do domínio das terras pertencentes à União no estado. Segundo o senador, matéria veiculada no jornal *Folha de Boa Vista* diz que o Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) se recusa a chegar a um consenso sobre o assunto.

Mozarildo apelou à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, para que resolva o problema "de uma vez por todas". Pediu também que o Supremo Tribunal Federal se pronuncie sobre o conflito federativo.

Gilberto Goellner pede prorrogação do prazo para georreferenciamento

O senador Gilberto Goellner (PFL-MT) pediu ao governo que edite um novo decreto em substituição ao Decreto 4.449, de 2002, prorrogando em pelo menos cinco anos os prazos previstos para a certificação de georreferenciamento de imóveis rurais.

Ele explicou que a Lei 10.267, de 2001, regulamentada pelo

decreto, obriga a identificação da propriedade rural por meio de um memorial descritivo no qual sejam mencionados, com base no Sistema Geodésico Brasileiro, os limites do imóvel rural.

Goellner disse que o prazo vence em 31 de outubro para os imóveis com área abaixo de 500 hectares, e o atraso deve-se à complexidade do processo.

Fiquene defende legalização dos garimpos

O senador Ribamar Fiquene (PMDB-MA) defendeu a legalização dos garimpos no país. Ele revelou que existem cerca de 7 mil pedidos de licença para exploração de jazidas minerais em tramitação no governo, advertindo que, enquanto essa questão não receber um tratamento especial do ponto de vista técnico e legislativo, uma riqueza abundante continuará enterrada, sem qualquer aproveitamento econômico.

Além de gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento do país, o peemedebista acredita que a exploração racional dessas reservas ajudará a preservar o meio ambiente.

Aelton cobra regulamentação da biossegurança

Preocupado com a demora no início das pesquisas brasileiras com células-tronco e organismos geneticamente modificados, o senador Aelton Freitas (PL-MG) cobrou do governo federal agilidade na regulamentação da Lei da Biossegurança (Lei 11.105/05), aprovada pelo Congresso Nacional. Ele disse que o processo de regulamentação da lei depende da conclusão dos trabalhos de uma comissão interministerial chefiada pela Casa Civil.

– As pesquisas na área de biotecnologia estão estagnadas. Projetos que antes esbarravam em falta de verbas agora estão parados simplesmente pela não-regulamentação da lei – alertou o senador.

Zambiasi festeja sucesso de feira agropecuária no interior gaúcho

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou o sucesso da Expointer 2005, feira encerrada domingo, em Esteio (RS), com as novidades dos setores agropecuário e agroindustrial. De acordo com o senador, os organizadores esperavam que a feira marcasse o início da recuperação da economia gaúcha.



Zambiasi

Neste ano, a venda de animais durante o evento deve superar os R\$ 3 milhões contabilizados ano passado, informou o senador, acrescentando que o número de animais inscritos – quase 6 mil – também

foi recorde. Cerca de 2.400 expositores de máquinas, animais, insumos e produtos veterinários participaram da Expointer.

LIXO - Ao criticar o governo de seu estado, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) disse que "algo de muito grave ocorre com a saúde de meu estado". Segundo afirmou, o governador Marcelo Miranda contratou uma empresa de coleta de lixo para servir alimentos para hospitais de Tocantins.

SAÚDE - O senador Edison Lobão (PFL-MA) quer que o Ministério da Saúde providencie a instalação de hospitais de câncer no interior do Maranhão. Conforme a Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer da Região Tocantina, 91% da população atingida pela doença não têm condições recomendadas de atendimento.

LIVRO - O senador Marco Maciel (PFL-PE) elogiou o livro *O Congresso em meio século*, resultado de depoimentos do ex-secretário-geral da Mesa diretora da Câmara dos Deputados Paulo Affonso Martins de Oliveira ao jornalista Tarcísio Holanda. O livro foi lançado na última quarta-feira, no Salão Nobre da Câmara.

SENADORA - Sibá Machado (PT-AC) lamentou o falecimento da ex-senadora pelo estado do Acre, Laélia Alcântara, dia 30 no Rio de Janeiro, em virtude de falência múltipla dos órgãos. Ele lembrou que Laélia entrou para a história da política nacional por ter sido a primeira mulher negra a assumir uma vaga no Senado em 1981.

TRABALHO - Preocupado com denúncias de que o Ministério do Trabalho estaria planejando a extinção de diversas agências de atendimento do ministério em seu estado, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) fez um apelo em Plenário no sentido de que o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reveja sua posição.

PLENÁRIO

José Maranhão apóia projeto do São Francisco

Ao criticar as resistências à transposição do rio São Francisco, José Maranhão (PMDB-PB) destacou o papel do empreendimento como promotor da equidade social para os habitantes das áreas beneficiadas pelo projeto. Para ele, a discussão deve superar a abordagem meramente geográfica, que analisa o uso do rio apenas pelos estados

banhados por seu curso.

O senador citou estudos da Agência Nacional de Águas (ANA) segundo os quais, mesmo diante de cenários de desenvolvimento dos mais favoráveis para o país, com taxas de crescimento de 8% ao ano, serão preservadas com folga águas para o desenvolvimento da própria bacia do São Francisco.

Suassuna: mais atenção às penitenciárias

O líder do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), pediu ao Ministério da Justiça mais atenção ao sistema penitenciário brasileiro,



Ney Suassuna

que, a seu ver, não tem sido capaz de recuperar os presidiários para a vida social. O senador citou como exemplo a rebelião ocorrida na penitenciária de Serrotão, em Campina Grande (PB), onde foram feitos vários reféns.

– Esse é mais um efeito da má qualidade de nossos presídios, onde o cidadão que entra não se recupera – comentou.

Flexa Ribeiro destaca produção de biodiesel

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) comentou a visita que fez à empresa Agropalma, na sexta-feira, em companhia dos senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e Sibá Machado (PT-AC). Os parlamentares conheceram um projeto de produção de biodiesel a partir do óleo de dendê em área antes ocupada pela pecuária. Flexa Ribeiro destacou ainda o envolvimento no projeto de 150 famílias de pequenos agricultores.

Maciel cobra meta de 1 milhão de cisternas

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apelou ao governo para que destine mais recursos para o projeto Um Milhão de Cisternas, conduzido pela organização do terceiro setor Articulação no Semi-Árido Brasileiro (Asa). O objetivo é garantir o cumprimento da meta de 1 milhão desse tipo de reservatório de água na região semi-árida do país, formada pelos nove estados nordestinos e áreas de Minas Gerais e Espírito Santo.

Formada por uma rede de aproximadamente 700 instituições da sociedade civil, entre as quais a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Asa começou a desenvolver o projeto de

cisternas em junho de 2003. Se atingida a meta prevista, em cinco anos o projeto terá beneficiado 5 milhões de pessoas com água potável para consumo doméstico. Porém, até o momento, foram construídas apenas 100 mil cisternas, o equivalente a 10% do objetivo.

– Recuperar o cronograma de execução é uma maneira de dar esperança à população do semi-árido, independentemente de outras iniciativas, algumas de maior porte, fundamentais para o desenvolvimento da região e,



MOREIRA MARIZ

Marco Maciel pede que o governo destine mais recursos ao programa

sobretudo, a melhoria das condições de vida dos pobres que padecem com o flagelo da seca – justifica Maciel.

Teotônio critica falta de investimento em energia

A ausência de investimentos no setor elétrico e a falta de definição de um marco regulatório com normas claras e precisas, capazes de despertar o interesse da iniciativa privada, podem comprometer o desenvolvimento do país já nos próximos dois anos, caso a oferta de gás seja escassa e as chuvas sejam insuficientes. A avaliação foi feita na sexta-feira pelo senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), para quem o país precisa recuperar “urgentemente” uma agenda

positiva para o setor, sob pena de haver um novo “apagão” como o verificado há quatro anos.

De acordo com Teotônio, dos cerca de R\$ 20 bilhões anuais de investimentos estimados como necessários para a geração de energia, o Estado mal consegue contribuir com R\$ 6 bilhões. O restante teria que vir da iniciativa privada, mas os empresários encontram dificuldades para a implementação de projetos devido a alterações na legislação promovidas pelo governo Lula.

Sibá apóia projeto de gestão de florestas públicas

A proposta de gestão de florestas, de autoria do Executivo, não contribuiu para a proposta de internacionalização da Amazônia, afirma o senador Sibá Machado (PT-AC). Ele defende a discussão do projeto que regulamenta o uso de florestas em áreas públicas e cria o Serviço Florestal Brasileiro e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (PLC 62/05).

FILIAÇÃO - O PSDB acolheu na quarta-feira a filiação do senador Papaléo Paes (AP), que foi lançado pelo líder do partido, senador Arthur Virgílio (AM), candidato ao governo do Amapá. Com a adesão, o PSDB passa a ser o terceiro maior partido no Senado, com 14 senadores. O PT, com 13 senadores, torna-se a quarta maior bancada. Para Virgílio, Papaléo tem, entre suas missões no PSDB, o fortalecimento do partido no Amapá.

RETORNO - Almeida Lima (SE) anunciou seu retorno ao PMDB para exercer “uma oposição contundente”. O senador afirmou que quer também colaborar com o projeto nacional do partido de assumir a Presidência da República, “fazendo política de forma séria e responsável”. Almeida Lima fez questão de lembrar que o partido combateu a ditadura militar e deve, agora, combater a corrupção.

PARCERIAS - A demora na implementação das parcerias público-privadas (PPPs) foi criticada pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI). Para ele, as PPPs são alternativa para captação de investimentos para obras de interesse do país. Enquanto não são criados os fundos que darão respaldo aos projetos das PPPs, disse, investidores estrangeiros começam a duvidar da intenção do governo de dar andamento aos investimentos.

HOMENAGEM - Paulo Octávio (PFL-DF) prestou homenagem ao ex-ministro Pratiní de Moraes, que na quinta-feira ingressou no PFL, e ao deputado Osório Adriano (PFL-DF), que teve seu nome dado a um prédio residencial de Brasília. Segundo Paulo Octávio, Pratiní de Moraes “achou que estava na hora de juntar sua experiência como ex-ministro de tantas pastas a um partido que tem compromisso com este país”.

Projetos

Fundo para ações trabalhistas

De autoria da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), o PLS 246/05 cria o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, previsto na Emenda Constitucional 45/04, destinado a assegurar o pagamento dos créditos decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, na falta de quitação da dívida em execução judicial. O fundo será constituído, entre outros, pelas aplicações dos recursos obtidos a partir de multas impostas por sentenças ou ajustadas em acordos nos processos trabalhistas e multas administrativas resultantes da fiscalização do trabalho. Hoje, de acordo com a senadora, muitas decisões da Justiça do Trabalho não são devidamente cumpridas “porque as empresas contratantes de mão-de-obra extinguem-se e caem, invariavelmente, no mundo da informalidade”.

Mudanças na Lei de Imprensa

Por meio de modificação à Lei de Imprensa, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) pretende aumentar em um terço a pena para crimes de calúnia, injúria ou difamação, quando tiverem repercussão negativa sobre a dignidade de alguém (PLS 257/05). Crivella também propõe regras para o uso de equipamentos pelos agentes de segurança pública em todo o território nacional, vedando a condução de espadas, sabres, lanças e afins, salvo nos casos que especifica (solenidades, manifestações festivas etc.). O projeto (PLS 256/05) determina ainda a substituição de cassetetes de madeira por modelos que não causem danos físicos, como os elétricos dotados de baixa amperagem e os de borracha rígida.

Rigor contra a improbidade administrativa

Os processos referentes a improbidade administrativa podem vir a ter precedência sobre os demais que estejam sob a atribuição do mesmo juízo, segundo projeto (PLS 259/05) apresentado pelo então senador Antônio Leite (PMDB-MA). A proposta modifica a Lei 8.429/92. Segundo o autor, “os réus

desses processos não raro fazem uso de toda sorte de artifícios para que seus processos sejam prolongados, apostando que o tempo venha a esfriar o ânimo do Ministério Público e a levar a opinião pública a esquecer os ilícitos praticados, por vezes frustrando a expectativa de justiça das partes envolvidas”.

Nezinho quer extensão universitária

O Poder Executivo poderá ser autorizado a criar *campi* universitários como extensões da Fundação Universidade Federal do Tocantins nas cidades de Guaraí e Colinas, segundo projeto apresentado pelo senador Nezinho Alencar (PSB-TO).

Dia nacional sobre mal de Alzheimer

Projeto apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC) institui o Dia Nacional de Conscientização da Doença de Alzheimer em 21 de setembro, para sensibilizar a população sobre a importância da participação de familiares e amigos nos cuidados dispensados aos portadores – em geral, idosos – dessa doença neurodegenerativa (PLS 255/05).

Condicional menor para crime hediondo

O atual ministro das Comunicações, senador licenciado Hélio Costa (PMDB-MG), apresentou projeto (PLS 249/05) para que a concessão do livramento condicional em casos de crimes hediondos tenha o período mínimo de cumprimento da pena aumentado de dois terços para quatro quintos. A proposta altera o Código Penal e a Lei 8.072/90.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 5 e 19 de julho

PLENÁRIO

Ideli celebra resultado positivo da economia

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) atribuiu os resultados positivos apresentados pela economia brasileira à ação de governo e às políticas públicas aplicadas. Ideli disse que especialmente as pessoas mais pobres foram beneficiadas, pois, segundo ela, o consumo aumentou em virtude da queda da inflação, do crescimento do número de empregos e da elevação da renda, com o aumento do salário mínimo a partir de maio deste ano.

– Os resultados não apareceram por um passo de mágica. O crescimento não é à-toa nem de graça. Foram as ações de governo que criaram as condições – salientou Ideli.

Sibá Machado (PT-AC) sugeriu a realização de um congresso nacional do partido após as investigações sobre corrupção e as eleições partidárias, para promover reflexão sobre o atual momento do Brasil, do ponto de

vista ético, e o de reavaliar a conduta do governo em relação à economia brasileira.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) comemorou os dados econômicos positivos e pediu colaboração da oposição para que as apurações das irregularidades não ofusquem esses resultados (segundo o IBGE, o crescimento no segundo trimestre foi de 1,4%).

Em resposta, o líder do PFL, senador José Agripino (RN), disse que “a oposição tem colaborado, tem procurado aperfeiçoar projetos do Executivo, muito diferente da oposição que o PT fazia à época do governo anterior”.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o presidente da República por mentir ao falar em “espetáculo do crescimento econômico”, referindo-se ao au-



Para Ideli, os bons resultados decorrem de ações do governo federal

mento do produto interno bruto, que deverá ficar em torno de 3% neste ano. O senador acredita que o Brasil está pagando alto preço por uma “política econômica nefasta”.

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) destacou o avanço na economia, resultado que deve ser creditado ao esforço do povo brasileiro, que não se deixou abater pela atual crise política.

Ana Júlia rebate críticas aos programas sociais

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) rebateu os críticos que vêem um caráter assistencialista nos programas do governo de transferência de renda, em especial o Fome Zero e o Bolsa-Família, que “realizam uma revolução silenciosa na política de combate à fome e à pobreza e de redução das desigualdades”.



Ana Júlia Carepa

A senadora denunciou também a prisão dos agricultores Miguel e Francisco Valentino dos Santos, em Anapu (PA), na área do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança. Segundo Ana Júlia, os policiais usavam um carro do fazendeiro Luiz Ungaratti, que teve o nome envolvido nas investigações sobre a morte da irmã Dorothy Stang.

Garibaldi cita estudo da ONU e pede pelo Nordeste

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) leu documento divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) sobre as desigualdades econômicas e sociais entre os países, para fazer uma comparação em relação às desigualdades regionais no Brasil e cobrar mais investimentos oficiais na região Nordeste.

Conforme ressaltou, o documento da ONU constata que o crescimento econômico globalizado verificado nos últimos dez anos não foi suficiente para melhorar a qualidade de vida dos povos dos países pobres ou emergentes, ocorrendo exatamente o contrário nos países ricos e industrializados.

Da mesma forma, entende o senador, acontece com o Nordeste, que, contando hoje com população de 50 milhões de habitantes, apresenta o pior produto interno bruto (PIB) *per capita* do país.

Serys afirma que revista é "leviana" na cobertura da crise

Serys Shlessarenko (PT-MT) disse que a revista *Veja* “tem demonstrado leviandade e vem se desacreditando aos olhos de tantos quantos têm um mínimo de compostura neste país” pelas reportagens que vem publicando durante a crise política.

– Que moral tem essa revista para cobrar ética do governo? A revista *Veja* tem demonstrado um jornalismo comprometido com interesses sórdidos. *Veja*

tenta criar um clima de golpe contra o presidente Lula – acusou Serys, que apontou a TV Senado como exemplo de veículo jornalístico que apura os fatos com responsabilidade.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) assumiu a defesa da publicação. Segundo ele, o fato de o presidente Lula ter escolhido *Veja* para dar uma entrevista exclusiva daria mostras, assinalou, do bom jornalismo por ela praticado.

Maciel elogia trabalho de grupo de empresários

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou a reunião do Clube de Roma, realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Fundado em 1968 pelo economista italiano Aurelio Peccei, tem como foco permanente os problemas globais de longo prazo, como pobreza, insegurança no emprego, deterioração do meio ambiente, alienação da juventude e rejeição de valores tradicionais, explicou.

Fátima Cleide comemora decreto de Lula para Rondônia

Fátima Cleide (PT-RO) comemorou a notícia – dada pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff – de que o presidente Lula assinou decreto de utilidade pública de terras onde vai ser construído o gasoduto Uruçu-Porto Velho, o que torna possível a emissão da licença ambiental que viabilizará a obra.

A senadora ressaltou que esta é mais uma iniciativa do presidente Lula no sentido da ampliação da malha de gasodutos no país. Ela lembrou que os gasodutos integram um conjunto de obras responsáveis pelo aproveitamento dos recursos naturais, dentre eles o gás natural, “um combustível limpo, versátil e mais barato”.

Alberto Silva quer mudar traçado de gasoduto

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu a mudança no traçado do gasoduto que levará gás natural de Fortaleza, no Ceará, à capital do Piauí, Teresina. Ele apoiou a modificação no traçado para que a cidade de Parnaíba também possa ser abastecida com o gás, viabilizando a implantação, no local, de uma termelétrica com capacidade de geração de 100 megawatts de energia.

O parlamentar explicou que, se o gasoduto sair de Caucaia, subúrbio de Fortaleza, e seguir diretamente para Sobral, subirá uma serra de 800 metros e passará por cidades que não têm consumo de gás.

Tebet cobra investimentos contra miséria

Ramez Tebet (PMDB-MS) criticou a política econômica do governo federal, que privilegia o pagamento de juros em detrimento dos investimentos em infra-estrutura. O senador pediu “mais sensibilidade” ao governo e ressaltou que “não é possível erradicar a miséria sem tais investimentos”.

– Não se pode aceitar que a arrecadação continue a aumentar e que o resultado disso, o crescente superávit primário, seja utilizado inteiramente para o pagamento de juros. Não se pode aceitar esse confronto entre o esforço fiscal e os investimentos necessários em saneamento, educação e estradas.

Capixabas terão siderúrgica Arcelor

Gerson Camata (PMDB-ES) informou ao Plenário que a recém-criada Arcelor Brasil, braço dos negócios do grupo europeu no país, pretende investir em cinco anos US\$ 4 bilhões na área siderúrgica. A Arcelor Brasil foi criada com a fusão da siderúrgica Belgo-Mineira, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)

e a Veja do Sul.

O senador aplaudiu a indicação do engenheiro mineiro José Armando de Figueiredo Campos, ex-presidente da CST, para dirigir o novo grupo e comandar os investimentos no país. A Arcelor, que terá sede em Belo Horizonte, quer injetar US\$ 1 bilhão na CST, siderúrgica localizada no Espírito Santo.

Crivella critica meta de superávit primário de 6%

Marcelo Crivella (PL-RJ) reclamou da demora do governo federal na liberação de verbas orçamentárias vinculadas a emendas que apresentou em favor do Ministério das Cidades. O senador criticou a defesa de superávit primário de 6% do PIB para 2006, que, na sua opinião, irá promover ainda mais recessão e desemprego. O parlamentar acredita que quem insiste na atual política econômica quer o aprofundamento da crise social e do caos político.

Prefeituras podem ter reforço de arrecadação

Osmar Dias (PDT-PR) apresentou proposta de emenda à Constituição que obriga a transferência para os municípios de 10% do produto da arrecadação provenientes das contribuições Provisórias sobre Movimentação Financeira (CPMF), de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e de Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Segundo o senador, R\$ 13,5 bilhões poderão ser repartidos entre as prefeituras.

INDÚSTRIA TÊXTIL - O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou do governo federal a concessão de salvaguardas à indústria têxtil nacional, que estaria amargando prejuízos com a entrada de tecidos chineses no mercado interno. A situação do setor começou a se complicar com o fim das cotas à importação desses produtos, em 2004.

ESPORTES - O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou o trabalho realizado pelo Ministério do Esporte no sentido de reverter o quadro de exclusão social de 21% da população. De acordo com o senador, o ministério não dirige suas ações só para o alto rendimento, mas também para tornar crianças, jovens, adultos e idosos “verdadeiros cidadãos”.

GREVISTAS DO IBGE - O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), questionou o fato de o governo do PT não ter recebido o comando de greve do sindicato nacional dos funcionários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os funcionários do instituto pretendiam entregar a uma comissão do governo um manifesto com diversas reivindicações.

ASFALTO NA BR-158 - A senadora Serys Shlessarenko (PT-MT) manifestou sua confiança na obtenção de recursos para a pavimentação da BR-158, que cruza o estado do Mato Grosso. Ela cobrou do governador do estado, Blairo Maggi, providências com relação à contrapartida do governo estadual, para que a obra seja agilizada.

Voz do Leitor

DESARMAMENTO E TV

“Apóio a luta do presidente do Senado, Renan Calheiros, contra a venda de armas em nosso país. Sugiro que se proíba a exibição de armas de fogo sendo usadas nas novelas. Os brasileiros precisam de programas educativos e não de incentivo à violência.”

José Carlos Firme, de Alagoinhas (BA)

AUXÍLIO

“Sugiro um projeto de lei para que pessoas que não possuem renda e não trabalham, porque precisam cuidar de idosos doentes, recebam um auxílio do governo federal.”

Adão Gomes, de São João de Meriti (RJ)

RÁDIO SENADO

“Sugiro que o senador Alvaro Dias interceda para que toda a população tenha acesso à Rádio Senado por FM e AM.”

Nicolas José Crispim da Silva, de Consolação (MG)

ATITUDE

“Senador Arthur Virgílio, acredito que a forma como o senhor age demonstra sua opinião desfavorável ao presidente Lula.”

Airton Lira Carvalho, de Lagoa Formosa (MG)

INJUSTIÇA

“Que espetáculo grotesco o depoimento de Duda Mendonça à CPI dos Correios. A elite de má-fé no Congresso envergonha cada cidadão de bem deste país. Enquanto um pobre cidadão com fome é preso por furtar um pacote de biscoito, os políticos que desviam dinheiro dos cofres públicos têm direito

a liminares que permitem a eles omitirem, mentirem e, provavelmente, não serem presos.”

Mirani Ferreira Silva, de Petrópolis (RJ)

REFORMA POLÍTICA

“Como eleitor, gostaria que houvesse redução no número de senadores e deputados. Estradas não são recuperadas, brasileiros morrem e há prejuízos com veículos por causa dos buracos. Há fome do povo brasileiro. Com poucos parlamentares honestos e sérios, sobram desonestos. Vamos reduzir a quantidade e melhorar a qualidade.”

Laudir Lima, de Cuiabá (MT)

CÚMPLICES

“Na hora das falcaturas, os doleiros, secretárias, assessores e outros cúmplices são amigos e confiáveis. Se delatam o crime, passam a ser chamados de marginais, desclassificados, cujo testemunho não tem credibilidade.”

Márcia R. de Mello Fonseca, de Belo Horizonte (MG)

TRANSIÇÃO

“Ao longo da minha vida lectionei, hoje me sinto humilhada pela imoralidade da Previdência Social, que muda a idade mínima de aposentadoria da mulher para 55 anos. Entrei no serviço público em 1974; já cumpri meu tempo de serviço; e sinto que é uma pena pagar aquilo que não devo. Faço parte dos milhares de funcionários públicos que aguardam a nova regra de transição.”

Ana Bernardete Medeiros Barreto, de Mossoró (RN)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

TRANSPORTE DE PROFESSORES

Lenilson Barbosa Oliveira, de Bayeux (PB)

“Senador Ney Suassuna, sugiro a criação de um projeto de lei pelo qual os professores de escolas públicas que ensinam somente em um turno passem a ter acesso gratuito ao transporte público para irem trabalhar. O salário é muito baixo e não é possível pagar passagem todos os dias.”

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) responde:

Caro Lenilson, gostaria muito de poder ajudar os professores, pois conheço bem a realidade deles. O meu pai foi professor a vida inteira e sei o quanto trabalhou para poder oferecer um mínimo de dignidade à sua família.

Infelizmente, esse tipo de iniciativa não pode partir do Senado Federal, mas, sim, de algum vereador, pois se trata de questão municipal.

É importante lembrar também que estabelecer a gratuidade da passagem para os professores poderá acarretar aumento no preço do transporte coletivo para a comunidade como um todo, pois a responsabilidade pelo transporte é da iniciativa privada. Como tem de haver compensação de perdas, isso provocaria aumento no valor final da passagem.



ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Gaspar Donizetti Luiz, de Campo Belo (MG)

“Senador Alvaro Dias, o senhor apresentou a proposta que originou a Emenda 39 à Constituição, para que as prefeituras fizessem um projeto e enviassem às câmaras municipais antes de cobrarem contribuição pela iluminação pública. Essa contribuição só deveria ser cobrada se não fosse confisco. No entanto, prefeituras - como a de Campo Belo (MG) - têm leis confiscando o cidadão, obrigando-o a contribuir com 10% do valor do seu consumo. Como o senhor, que propôs essa emenda, vai agir agora, sabendo que estão desrespeitando a Constituição?”

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) responde:

A sua indignação é legítima. Contudo, não posso, como senador, interferir na esfera municipal. Sou integrante do bloco de oposição no Senado e, nessa condição, exerço severa vigilância sobre os atos do Poder Executivo federal. O serviço de iluminação pública, definido como “prover de luz ou claridade artificial as vias e logradouros públicos”, é da alçada da cada município. A forma de custeio desse serviço sempre gerou muita controvérsia. Em razão de os municípios não apresentarem condições efetivas de custear a iluminação pública por meio de seus impostos, a solução proposta foi apresentar emenda à Constituição federal, no sentido de que os municípios viessem a instituir a cobrança de iluminação pública, dentro da legalidade e sem os percalços das demandas judiciais. O meu intuito foi o de organizar a mencionada cobrança por intermédio de delegação à câmara de vereadores e posterior autorização às prefeituras. Sugerimos que você procure questionar a legalidade da cobrança em seu município, oferecendo evidências de que ela é inconstitucional, junto ao Poder Judiciário, ou à Câmara de Vereadores de Campo Belo.



Frases

“Está havendo, sim, um avanço, e é muita coisa, nós estamos devassando o país, é quase uma operação mãos limpas”

Osmar Serraglio, defendendo os trabalhos da CPI dos Correios.

“Quem se atrever a buscar o acobertamento das investigações está redondamente enganado. Isso não vai ocorrer e a sociedade não perdoaria se isso acontecesse”

Renan Calheiros, sobre a entrevista do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, que defendeu na semana passada penas leves para os envolvidos nas denúncias do “mensalão”.

“Operação abafa, não vou fazer! Enquanto estivermos aqui, vamos reagir”

Antonio Carlos Magalhães, que também fez críticas à entrevista de Severino Cavalcanti.

“O PT espera o esvaziamento das CPIs e, para isso, está trabalhando, diminuindo o impacto da denúncia, para ‘assar’ essa tal pizza de que se fala tanto”

José Jorge, que afirmou estar preocupado com os rumos dos trabalhos da CPI dos Correios.

“Conheço mais de mil, mas citá-los seria colocar minha cabeça a prêmio”

Edson Alves de Souza, ex-prefeito de Divino das Laranjeiras, conhecido como Edson Bodola, que admitiu na CPI da Emigração conhecer os “coiotes” que arregimentam imigrantes ilegais para os Estados Unidos.

“Meu compromisso é falar sempre a verdade e esclarecer o assassinato de meu irmão. Estou fazendo meu dever como cidadão brasileiro”

João Francisco Daniel, irmão do ex-prefeito de Santo André, assassinado em 2002, depois de declarar na CPI dos Bingos que Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula, sabia do esquema de corrupção na prefeitura.

“O presidente é cabeçaduro. Manda suas lideranças falarem em espetáculo de crescimento. Crescer 3% é absolutamente medíocre”

Mão Santa, contestando os dados da entrevista em que o presidente Lula comemorou o desempenho da economia do país.

Foto da Semana

O exercício pleno da democracia não exige idade. Esta fotografia, colhida na manhã ensolarada de Brasília no último dia 31, no Congresso, mostra bebês da capital participando de uma “carrinhata” pela inclusão das creches no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). A passeata foi promovida pela Frente Parlamentar em Defesa da Criança e do Adolescente



ROOSEVELT PINHEIRO

A música de Roberto Menescal

A programação musical da Rádio Senado tem como destaque entrevista com Roberto Menescal, convidado do *Escala Brasileira* desta quinta-feira, às 23h. Compositor da primeira turma da bossa nova, Menescal estudou piano, acordeom, gaita e, por fim, violão, em que se especializou.

Teve os maestros Guerra-Peixe e Moacir Santos como professores e, por sua vez, ensinou artistas como Nara Leão na academia de música que fundou com Carlos Lyra. No final da década de 50, iniciou a carreira de compositor, participando do álbum *Os Garotos da Bossa Nova*.

Com o amigo Ronaldo Bôscoli compôs um de seus maiores sucessos, também uma das músicas-ícone da bossa nova: *O Barquinho*, de 1961. Com ela participou do Festival de Bossa

Nova do Carnegie Hall, em Nova York, em 1962, num raro momento como cantor. Além de *O Barquinho*, compôs, com o parceiro Bôscoli, *Você; Vagamente; Ah, Se Eu Pudesse; Errinho À-Toa; Nós e o Mar*; e outras.

Formou também o Conjunto Roberto Menescal, que acompanhou *shows* de Dorival Caymmi, Aracy de Almeida, Maysa, Silvinha Telles e outros. Gravou com muitos artistas e excursionou pelo mundo tocando os clássicos da bossa nova, o que faz até hoje. Nos anos 80 e 90, teve destacada atuação como diretor e produtor musical, descobrindo, lançando e relançando talentos.

Senado Documento sobre missões jesuítas

A TV Senado exhibe na sexta-feira, às 22h, o *Senado Documento* inédito, intitulado "Mis-

sões Jesuítas: os guerreiros da fé". O filme trata da influência dos jesuítas no território sul-americano, em especial na região dos Sete Povos das Missões.

A República Guarani, como ficou conhecida a missão jesuíta existente no sul do país, foi dizimada pelos exércitos espanhóis e português, na tentativa de expulsar os índios guaranis do noroeste do Rio Grande do Sul. Nenhum outro episódio da história brasileira é tão pouco lembrado como o massacre per-



GERALDO MAGELA

Com canções memoráveis e parcerias famosas, Menescal foi da primeira turma da bossa nova

petrado por Portugal e Espanha contra os povos missionários do Rio Grande do Sul.

O filme produzido pela TV Senado tem reprises no sábado, às 16h, e no domingo, às 21h30.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões

RESENHA

Um amálgama de dois sistemas de poder

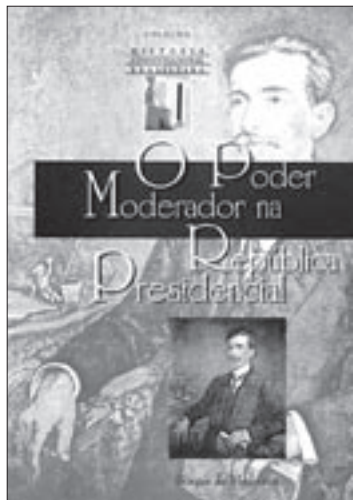
ALEXANDRE GUIMARÃES

Borges de Medeiros, governador do Rio Grande do Sul por cinco quinquênios – sucessor de Júlio de Castilhos, antecessor de Getúlio Vargas –, não se ateuve apenas à prática política.

O *Poder Moderador na República Presidencial* é a análise de vários temas constitucionais presentes nas cartas magnas de vários países, com o intuito de poder escolher aqueles que melhor se adaptariam ao sistema brasileiro. A obra conclui-se com a apresentação de um anteprojeto de Constituição para o Brasil.

O principal ponto da crítica de Borges de Medeiros dirige-se aos regimes de governo presidencialista e parlamentarista, que, em seu pensar, somente geram um predomínio de um poder sobre o outro. Se, por um lado, no parlamentarismo, “a vida dos governantes está sempre na dependência das câmaras”, por outro, no presidencialismo, o Poder Legislativo pode ser pressionado pelos governantes de diferentes formas, incluindo a “livre nomeação dos funcionários federais, cujo número é formidável”.

Como resolver esta questão? O autor afirma categoricamente: “fundir ou amalgamar as virtudes e utilidades dos dois sistemas contrários”. A maneira pela qual se faria essa fusão



seria a instituição de um poder moderador nas mãos do presidente da República.

Ainda que seus argumentos sejam controversos, é atual a discussão da sobreposição dos Poderes na República brasileira.

Vetos presidenciais – ainda não existiam as medidas provisórias –, distribuição de cargos públicos, necessidade de reforma política e eleitoral, atualização da Constituição federal, todos são temas tratados por Borges de Medeiros e, em nossos dias, observados no noticiário.

O *Poder Moderador na República Presidencial* foi escrito originalmente no “exílio”, em Pernambuco, após Borges de Medeiros apoiar a fracassada Revolução Constitucionalista de 1932.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O *Poder Moderador na República Presidencial*, em edição fac-similar, integra a coleção *História Constitucional Brasileira*, publicada pelo Senado e pelo Supremo Tribunal Federal. Informações pelo e-mail senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Casa oferece estágio para universitários

Como forma de contribuir para a formação dos futuros profissionais, o Senado mantém um programa de estágios para estudantes de 17 cursos de nível superior. Assim, a instituição também promove intercâmbio com o mundo acadêmico, oferecendo aos alunos vivência sociocultural, por meio do relacionamento no ambiente de trabalho.

A seleção de estagiários é feita em duas fases. Os currículos cadastrados no *site* do Senado são analisados e submetidos às áreas onde os estagiários podem ser aproveitados. A partir daí, os candidatos são entrevistados pelos responsáveis pelos setores que abrigarão os estagiários. Só podem participar do estágio alunos de graduação comprovadamente matriculados em instituições de ensino superior conveniadas com o Senado, que estejam frequentando as aulas regularmente.

A duração do estágio é de 12 meses, podendo ser renovado por igual período. O estudante deve cumprir jornada de quatro horas diárias, em horários compatíveis

com as aulas na faculdade.

Pela legislação em vigor, o estágio não representa vínculo empregatício com o Senado e o estagiário receberá uma bolsa mensal no valor de R\$ 429,04. O programa inclui seguro contra acidentes pessoais no desempenho de atividades do estágio.

Assiduidade e pontualidade são cobradas e o estagiário terá uma folha de frequência que deverá ser assinada diariamente. Faltas injustificadas por três dias con-

secutivos ou cinco intercalados implicam desligamento automático. O participante do programa poderá ainda utilizar a Biblioteca do Senado, uma das mais antigas do país, com vasto acervo.

– É fundamental a interação entre a instituição e os universitários para que venha para o Senado a experiência adquirida por eles na academia e, ao mesmo tempo, eles passem a conhecer a Casa – afirmou o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia.

Mais informações

Endereço: Senado Federal, Anexo I, 9º andar, salas 901/903. Telefones: (61) 3311-3107 e 1106; fax: (61) 3311-1035. E-mail: estagio@senado.gov.br

Atendimento: de 3ª a 5ª, das 9h30 às 11h30 e das 15h30 às 17h30

Cadastramento de currículos: www5.senado.gov.br/saes

Cursos: Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Jornalismo, Publicidade, Relações Públicas, Direito, Enfermagem, Engenharia de Computação, Fisioterapia, História, Tradução (português/espanhol e inglês), Matemática, Nutrição e Pedagogia.

Instituições conveniadas: Centro Universitário de Brasília (Uniceub), Faculdade Euro-Americana, Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb), União Educacional do Planalto Central (Uniplac), União Pioneira de Integração Social (Upis), Universidade Católica de Brasília (UCB), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Paulista (Unip).

Edição semanal do *Jornal do Senado* faz um ano

Um ano atrás começava a circular a edição semanal do *Jornal do Senado*. Com um projeto editorial e gráfico diferenciado, o jornal passava a atender um número maior de pessoas e publicar reportagens especiais sobre temas de interesse da sociedade em debate no Congresso.

Até então, a edição diária era distribuída nacionalmente, mas

era comum leitores recebê-la com atraso. A edição semanal, por trazer um balanço da semana anterior e antecipar a pauta com matérias especiais, não envelhece tão rapidamente como a diária, que passou a ter circulação restrita ao Distrito Federal.

Hoje recebem o jornal mais de 53 mil leitores, que são assinantes porque pediram a assinatura.

Nos próximos meses, devem ser feitas campanhas para aumentar o número de leitores em escolas, sindicatos e outras instituições.

As mudanças permitiram também a criação de seções como a agenda, que antecipa as principais matérias do Senado. Já a Voz do Leitor permite a publicação de cartas e e-mails de leitores que criticam, sugerem e protestam.

Conheça o Senado

Artífice da Independência do Brasil

“Todos alegam razão quando em tudo só se vê paixão.” A frase retrata sobretudo o autor, personagem a que muito é devida a Independência comemorada em 7 de setembro.

Ele: Mariano José Pereira da Fonseca. Se por este nome quase não é reconhecido, sua notoriedade vem pelo título de Marquês de Maricá, o grande escritor de máximas – algumas, moral séria; muitas, sátira refinada.

Carioca nascido em 1773, como qualquer fidalgo da época acaba seus estudos na Europa, onde estuda Engenharia em Coimbra. É lá que entra em contato com os ideais revolucionários franceses. Em 1793, volta ao Rio e, inspirado pelo mote de “Liberdade, Igualdade e

Fraternidade”, junta-se à Sociedade Científica e Literária do poeta arcadista mineiro Silva Alvarenga.

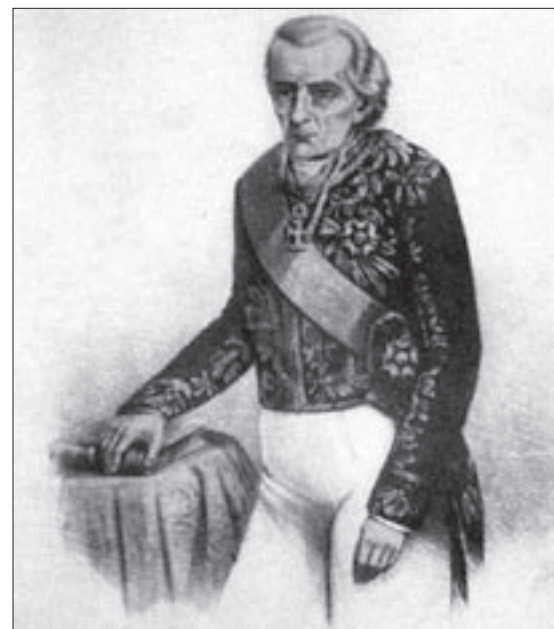
A sociedade é fechada, no ano seguinte, por ordem do vice-rei, o Conde de Rezende. A acusação: simpatia ao ideal republicano. Por seus membros continuarem em reuniões clandestinas, Portugal acredita num novo movimento nativista, que seria conhecido por Inconfidência Carioca. Todos são acusados e presos na Fortaleza da Conceição. Mariano da Fonseca é incriminado por possuir obras de Rousseau. São dois anos até a liberdade. Mariano, transformado, resolve engajar-se no movimento pela Independência.

Durante os anos de 1813 e 1814,

influenciado pelos franceses La Rochefoucauld e La Bruyère, escreve máximas para a primeira revista de cultura brasileira, *O Patriota*.

Político de renome, sua ascensão após a Independência é marcante: em 1823, é nomeado ministro da Fazenda; em 1824, é declarado visconde; em maio de 1826, toma posse como senador pelo Rio de Janeiro; e, no mesmo ano, torna-se o Marquês de Maricá.

Certa vez, escreveu: “Vivemos, como andamos, querendo guardar equilíbrio e escorregando freqüentes vezes”. Em sua vida, escorregou algumas vezes, mas soube, no mais das vezes, manter-se em pé. Faleceu em 1848, firme e equilibrado em suas ações.



Marquês de Maricá: antes da Independência, preso político; depois, ministro e senador

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papatão Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Valter Gonçalves Júnior, Flávio Faria, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Suely Bastos
Reportagem: Cintia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Paula Pimenta e Sylvio Guedes
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da

Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Planos de saúde atendem a 37 milhões

O plano privado de assistência à saúde é um sistema de prestação de serviços médico-hospitalares, para atendimento do cidadão que se dispõe a pagar por assistência particular. Essa rede prestadora de serviços de saúde atende aos mais de 37 milhões de consumidores dos planos de saúde.

O sistema prevê a contratação com pré-pagamento e com oferecimento de rede própria, credenciada ou referenciada de hospitais, clínicas, médicos e laboratórios. Alguns planos admitem também a livre escolha de serviços mediante reembolso nos termos definidos em contrato e em tabela de preços.

As operadoras podem ser administradoras, cooperativas médicas, cooperativas odontológicas, instituições filantrópicas, autogestões (patrocinadas ou não) e seguradoras especializadas em saúde, medicina ou odontologia de grupo.

O órgão responsável pela regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades pertinentes à assistência complementar à saúde é a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), vinculada ao Ministério da Saúde, ao qual o usuário e as operadoras podem recorrer em casos de dúvidas ou denúncias. Os órgãos de proteção ao consumidor também podem ser acionados.



GUILHERME FILHO/SECOM-ANT

Deficiências do sistema público de saúde levam brasileiros a buscar planos privados de assistência

Congresso levou 10 anos discutindo lei dos planos

A participação da iniciativa privada no sistema de saúde do país envolveu dez anos de negociações no Congresso.

As principais regras que orientam o funcionamento do setor estão na MP 2.177-44/01, atualmente em vigor, e na Lei 9.656/98, que estabeleceu critérios para operação de empresas no setor, discriminou os padrões de cobertura e de qualidade da assistência e transferiu para o Poder Executivo a regulação e fiscalização do setor. Foi proibida a comercialização dos tipos de planos de saúde anteriores à Lei 9.656/98 e os contratos antigos obtiveram algumas garantias: não podem ser rescindidos de forma unilateral

pela operadora, as internações não podem ser encerradas a não ser por alta médica e as mensalidades dos planos individuais ou familiares só podem ter aumento com autorização expressa da Agência Nacional de Saúde.

Desde a Lei 10.185/01, não há mais diferença entre seguro-saúde e plano de saúde. Depois que o Estatuto do Idoso vedou a cobrança de valores diferenciados em razão de idade, foram fixadas dez faixas etárias, válidas para os contratos celebrados ou alterados após janeiro de 2004, sendo a primeira de zero a 18 anos. Dos 19 aos 58 anos, a mudança é a cada cinco anos, e a última faixa é a partir dos 59 anos.

Conheça as diferentes formas de contrato

Plano referência

É o modelo mínimo de cobertura a ser oferecida pelos planos de saúde em comercialização, com cobertura de, pelo menos:

- consultas médicas sem limite, exames, tratamentos e outros procedimentos ambulatoriais;
- internações hospitalares (inclusive em UTI ou similar) sem limite, honorários médicos, enfermagem e alimentação;
- exames complementares de controle e/ou elucidação de diagnóstico;
- taxas e materiais, anestésicos, transfusões, sessões de quimioterapia e radioterapia durante internação ou pela necessidade de continuidade de assistência;
- despesa de acompanhante de paciente menor de 18 anos;
- remoção para outro estabelecimento, se necessário;
- reembolso, em urgência ou

emergência, em casos de impossibilidade de uso da rede própria, credenciada ou contratada disponível, nos limites contratados.

Obs.: A cobertura obstétrica pode ser retirada.

Cobertura por segmento

a) Ambulatorial – Cobertura de exames e número de consultas médicas ilimitado em consultório ou ambulatório.

b) Hospitalar – Cobertura para internações hospitalares (diárias ilimitadas), inclusive em UTI, e gastos durante a internação (exames complementares, medicamentos, anestésicos, taxas de cirurgias, materiais), despesas do acompanhante de pacientes menores de 18 anos, e atendimento de urgência e emergência.

c) Hospitalar com obstetrícia – Inclui também pré-natal, assistência ao parto e ao recém-

nascido por 30 dias.

d) Odontológico – Procedimentos realizados em consultório.

Abrangência geográfica

O plano pode ser local, nacional ou internacional.

Formas de contratação

a) Individual ou familiar – Contrato firmado entre um indivíduo e uma operadora para assistência à saúde do titular do plano ou dele e de seus dependentes.

b) Coletivo com patrocinador – Plano com mensalidade total ou parcialmente paga à operadora pela pessoa jurídica contratante, ou contrato mantido por autogestão em que o beneficiário paga parcialmente a mensalidade.

c) Coletivo sem patrocinador – Contratados por pessoa jurídica com mensalidade integralmente paga pelo beneficiário.



Projetos de lei em tramitação no Congresso

• **PLS 231/00** – Do senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), que pretende coibir a exigência por planos de saúde de teste genético para detecção prévia de doenças hereditárias.

• **PLS 75/02** – Do ex-senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), acrescenta, entre as exigências mínimas dos planos que incluem internação hospitalar, a cobertura dos gastos com cirurgia e transporte de órgãos.

• **PLS 187/02** – Do ex-senador Sebastião Rocha (PDT-AP), visa

facultar os planos segmentados de assistência farmacêutica.

• **PLSs 164/03, 276/04 e 277/04** – Da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), objetivam, respectivamente, incluir a assistência psicológica nos planos de saúde; tornar obrigatória a existência de contratos escritos entre as operadoras dos planos e seus prestadores de serviços, e permitir planos com coberturas reduzidas.

• **PLS 44/04** – Do senador Tião Viana (PT-AC), visa incluir

os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias.

• **PL 4.732/01** – Do ex-deputado Serafim Venzon (PSDB-SC), determina aos planos de saúde o pagamento de um piso universalizado de honorários aos profissionais credenciados.

• **PL 2.383/03** – Da deputada Maninha (PT-DF), determina que as operadoras não poderão criar restrições à inscrição de companheiros homossexuais como dependentes do titular.

Contrato garante assistência a todas as doenças reconhecidas pela OMS

1. A contratação de plano na modalidade individual ou familiar deve observar:

- ▶ garantia de assistência a todas as doenças reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde;
- ▶ vigência de, no mínimo, um ano, com renovação automática após esse prazo sem taxa;
- ▶ proibição de recontagem de prazo de carência cumprido;
- ▶ para os contratos firmados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados: proibição de suspensão ou rescisão do contrato, salvo em caso de fraude comprovada ou falta de pagamento por período

superior a 60 dias, consecutivos ou não, a cada ano de vigência, desde que o consumidor seja comprovadamente notificado, por escrito, até o 50º dia de sua inadimplência;

▶ proibição de interrupção de internação, inclusive em UTI, e da suspensão de pagamentos pela operadora junto ao contratado, no caso de descredenciamento pela operadora ou desligamento do contratado;

▶ proibição de limitação dos dias de internação.

2. Carência (prazo máximo):

- ▶ 24 horas para urgência (como

complicações na gestação ou acidentes) e emergência (risco imediato de lesões irreparáveis ou de morte) após a assinatura do contrato.

▶ 300 dias para parto;

▶ 24 meses para doenças e lesões preexistentes (aquelas de que o consumidor já sabe ser possuidor ou portador no momento da contratação). Nestes casos, ele tem cobertura parcial até cumprir a carência, ou seja, não tem direito a cobertura para procedimentos de alta complexidade, leitos de alta tecnologia (CTI e UTI) e cirúrgicos. Se o

consumidor preferir o direito a atendimento sem cumprir a carência pode pagar um valor maior (agravo) para ter acesso ao atendimento;

▶ 180 dias (outras situações).

3. Reajustes:

▶ anual: na data de aniversário do contrato. O percentual depende de autorização da ANS;

▶ por faixa etária: nos contratos assinados após a vigência do Estatuto do Idoso, o usuário com mais de 60 anos, e que participa do plano há mais de dez, não pode sofrer reajuste de mensalidade por mudar de faixa etária.

Informações

Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

Av. Augusto Severo, 84, Glória 20021-040 - Rio de Janeiro (RJ)

Disque ANS: 0800 701 9656

- atendimento gratuito ao usuário sobre consultas, dúvidas ou denúncias relativas a plano de saúde e prestadores de serviço (hospitais, clínicas, laboratórios) conveniados ou vinculados.

Central de Atendimento a Operadoras: (21) 2105-0333.
www.ans.gov.br

Ministério da Saúde

Disque Saúde: 0800 61-1997
Tel.: (61) 3315-2425
www.saude.gov.br

Disque Medicamentos
0800 644-0644

Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS)

Tel.: (61) 3315-3658
www.saude.gov.br/svs

Portal do Consumidor

www.portaldoconsumidor.gov.br

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec)

Tel.: (11) 3874-2152, de 2ª a 6ª, das 9h às 12h e das 13h às 17h
www.idec.org.br

Especial Planos de Saúde do Idec
www.idec.org.br/especial_planossaude.asp

Fundação Procon de São Paulo
(11) 151

www.procon.sp.gov.br
Cartilha: www.procon.sp.gov.br/cartplanossaude.shtml